



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Preâmbulo.	
O Município de PAULO AFONSO/BA , através da Secretaria Municipal de Administração com endereço à Avenida Apolônio Sales, Nº 925 – Centro, Paulo Afonso-BA, por meio do setor de Licitações, através do(a) Pregoeiro(a) e equipe de apoio designados pelo Decreto nº 619 de 13 de agosto de 2025, com autorização do Superintendente de Compras, Licitações, Contratos e Convênios, de acordo com os Decretos nº. 363 de 22 de maio de 2025, o Decreto nº. 6.362 de 28 de março de 2023, torna público e leva ao conhecimento dos interessados, na forma da Lei n.º 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº. 147/2014, e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico mediante as condições estabelecidas neste Edital.	
I Órgão(s) Interessado(s)/Requisitante(s).	
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
II Modalidade	III Processo Administrativo.
Pregão Eletrônico – nº.90027/2026	Nº 001347/000128/2026
IV Tipo de Licitação.	V Regime de Execução.
() Por Lote; (x) Por Item; () Global.	(x) Indireta; () Direta.
VI Critério de Julgamento.	VII Forma de Fornecimento.
(x) Menor Preço; () Maior Desconto; () Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico; () Técnica e Preço; () Maior Retorno Econômico; () Maior Lance.	(x) Parcelada; () Integral.
VIII Modo de Disputa.	IX Inversão de Fases.
(x) Aberto; () Fechado; () Aberto e Fechado; () Fechado e Aberto.	() Sim; (x) Não.
X Prazo de Vigência.	XI Prazo de Execução.
12 meses	Conforme o TR.
XII Cota Exclusiva ME/EPP.	XIII Prazo para Impugnar Edital.
(x) Sim; () Não.	03 (três) dias úteis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

XIV Tratamento Diferenciado LC123/2006.	XV Abrangência.
(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim; (<input type="checkbox"/>) Não.	(<input checked="" type="checkbox"/>) Nacional; (<input type="checkbox"/>) Internacional.
XVI Licitação Local.	XVII Licitação Regionalizada.
(<input type="checkbox"/>) Sim; (<input checked="" type="checkbox"/>) Não.	(<input type="checkbox"/>) Sim; (<input checked="" type="checkbox"/>) Não.
XVIII Consórcio.	XIX Garantia para Licitar.
(<input type="checkbox"/>) Sim; (<input checked="" type="checkbox"/>) Não.	(<input type="checkbox"/>) Sim; (<input checked="" type="checkbox"/>) Não.
XX Amostras	XXI Catálogos
(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não.	(<input type="checkbox"/>) Sim; (<input checked="" type="checkbox"/>) Não.
XXII Visita Técnica	XXIII Tipo de Regime de Execução de obras e serviços de engenharia
(<input type="checkbox"/>) Sim; (<input checked="" type="checkbox"/>) Não.	(<input checked="" type="checkbox"/>) Empreitada por Preço Unitário; (<input type="checkbox"/>) Empreitada por Preço Global; (<input type="checkbox"/>) Integrada; (<input type="checkbox"/>) Semi-integradas; (<input type="checkbox"/>) Por Tarefa; (<input type="checkbox"/>) Fornecimento e Prestação de Serviço Associado; (<input type="checkbox"/>) Não
XIV Objeto.	
FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À PREPARAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR NAS UNIDADES DE ENSINO VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	
XXV Credenciamento	
<p>Para participar do certame, o licitante interessado deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.</p> <p>As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp</p> <p>IMPORTANTE: É de responsabilidade EXCLUSIVA do licitante interessado, além de credenciar-se</p>	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente Edital.

XXVI Data.	XXVII Horário.
30/03/2026	08h:00Min.
XXVIII Início do Acolhimento da Proposta.	XXIX Fim do Acolhimento da Proposta.
16/03/2026 – 08h:00Min.	30/03/2026 – às 07h:59Min.
XXX Sistema de Registro de Preços.	
(x) Sim () Não.	
XXXI Dotação Orçamentária.	
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Educação. Unidade Orçamentária: 1001 - Fundo Municipal de Educação; Dotação: 2018 – Manutenção dos recursos do PNAE; Elemento de Despesa: 33903000 – Material de Consumo; Fonte: 1500.0000 - Recursos Próprios não vinculados de impostos; 1550.0000 – <i>Quotas</i> do salário educação; 1552.0000 – Transf. Recursos FNDE (PNAE).	
XXXII Processamento da Licitação.	
A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp - (UASG 983781)	
XXXIII Estimativa de Preços.	
Conforme estabelecido no Termo de Referência -TR.	
XXXIV Edital, Anexos e meios de informação.	
As informações, impugnações e pedidos de esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento dos interessados em participar deste certame serão prestados pelo(a) Pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, em até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame. Os pedidos de informações, esclarecimentos e impugnações OBRIGATORIAMENTE devem ser enviados ao Pregoeiro, por meio de EMAIL para o endereço eletrônico licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br , dentro do prazo previsto neste Edital.	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O Edital e seus Anexos poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente através do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp>- (**UASG 983781**), pelo Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), pelo Portal da Transparência do Município, ou ainda através do com endereço eletrônico licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br

Filipe Alexandre Lima e Silva

Pregoeiro(a).





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Índice

1.	EDITAL.....	6
2.	DO OBJETO	6
3.	DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	7
4.	DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	7
5.	DO CREDENCIAMENTO	13
6.	DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E TRATAMENTO DIFERENCIADO – LEI COMPLEMENTAR 123/2006, DAS ME/EPP E EQUIPARADOS.	13
7.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	19
8.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	21
9.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	25
10.	DA FASE DE JULGAMENTO	30
11.	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	34
12.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	38
13.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	39
14.	DOS RECURSOS	41
15.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	42
16.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	45
17.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	46
18.	DO FORO	48



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1. EDITAL

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO – BAHIA, através do Setor de Compras, licitações Contratos, bem como pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO – COMTRAT, localizada no Centro Administrativo Municipal de Paulo Afonso - Bahia, situada na Avenida Apolônio Sales, n. 925 – Bairro Centro, CEP 48.608-901, Telefones (75) 3281-3011, torna público, para conhecimento de todos ou a quem possam interessar, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento estabelecidos no preâmbulo, com a finalidade de contratação do objeto descrito(s) no item 2 – DO OBJETO deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, onde o licitante interessado deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema compras do Governo Federal - COMPRASNET, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

As instruções para o credenciamento podem ser acessadas através do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp>- (UASG 983781).

O Edital e seus Anexos poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente através do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp>- (UASG 983781), pelo Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), pelo Portal da Transparência do Município, ou ainda através do endereço eletrônico licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br.

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições na forma da Lei n.º 14.133/2021, do Decreto Municipal n.º. 619/2025, do Decreto Municipal n.º. 052/2025, do Decreto Municipal n.º. 6362/2023, da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º. 147/2014, do Decreto Municipal n.º. 266/2023, do Decreto Municipal n.º. 455/2021, e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame.

2. DO OBJETO

- 2.1. O objeto da presente licitação trata da FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À PREPARAÇÃO DE MERENDA ESCOLAR NAS UNIDADES DE ENSINO VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 2.2. A licitação será processada conforme estabelecido no Preâmbulo, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens/lotes for de seu interesse.

3. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. Em se tratando de Registro de Preços, estabelecidas no preâmbulo deste Edital, as regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4. DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal www.gov.br/compras, Certificado Digital ICP-Brasil.

- 4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

- 4.2. Poderão participar desta Licitação empresas brasileiras ou estrangeiras em funcionamento no Brasil, pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, e, que atenderem as condições exigidas constantes neste Edital e seus Anexos, e, que;

- 4.2.1. Caso seja exigido a **GARANTIA DE PROPOSTA**, destacado no preâmbulo deste Edital, correspondendo a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, devendo o licitante obedecer ao critério de julgamento deste certame (item, lote, global, etc.), conforme art. 58 da Lei 14.133, de 2021;

- 4.2.2. A Garantia de Proposta poderá ser ofertada conforme o [§ 1º do art. 96 desta Lei](#), em uma das seguintes modalidades:

- 4.2.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

- 4.2.2.2. Seguro-garantia;

- 4.2.2.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

- 4.2.3. É de integral responsabilidade da Licitante, a prova de suficiência da Garantia de Proposta prestada para os fins desta Licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4.3. A Garantia de Proposta prestada em moeda corrente nacional deverá ser depositada Junto ao Banco de titularidade da Prefeitura do Município de Paulo Afonso/BA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.217.327/0001-24.

***IMPORTANTE:** os dados bancários para a finalidade do item 4.2.1., será informada diretamente ao interessado, bastando solicitar junto a Secretaria da Fazenda do Município de Paulo Afonso/BA.*

- 4.3.1. A prova de prestação da Garantia de Proposta prestada em **moeda corrente nacional** se dará via comprovante de realização do depósito bancário, devidamente autenticado pelo Banco recebedor;
- 4.3.2. A Garantia de Proposta prestada na modalidade **Títulos da Dívida Pública do Tesouro Nacional** deverá ser emitida sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, acompanhado de comprovante de sua validade atual quanto à liquidez e valor;
- 4.3.3. A Garantia da Proposta apresentada na modalidade de **seguro-garantia** deverá ter vigência de 60 (sessenta) dias além do prazo da validade da proposta e será comprovada pela apresentação da apólice de seguro-garantia original, acompanhada de comprovante de pagamento do prêmio, quando pertinente, bem como de Certidão de Regularidade Operacional expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em nome da seguradora que emitir a apólice;
- 4.3.4. A Garantia de Proposta apresentada na modalidade de **fiança bancária** deverá ser emitida por instituição bancária devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- 4.3.5. Os Licitantes que deixarem de prestar Garantia de Proposta, ou prestar de forma insuficiente em valor ou prazo, ou ainda que a prestarem em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital serão desclassificados, ainda que tenha se sagrado vencedor provisório;
- 4.3.6. Encerrado o certame, os licitantes terão suas Garantias de Proposta devolvidas em até 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação. [§ 2º, do art. 58, da Lei 14.133, de 2021;](#)
- 4.3.7. Caso o prazo de validade das Garantias de Proposta expire antes da assinatura do Contrato, as Licitantes serão obrigadas a comprovar a renovação da respectiva Garantia de Proposta, às suas expensas, sob pena desclassificação da proposta ou, se já superada esta fase, na hipótese de impossibilidade da assinatura do Contrato, caso vencedora;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 4.3.8. No caso de renovação necessária da Garantia de Proposta após decorrido mais de 1 (um) ano a contar da publicação deste Edital, os valores das Garantias de Proposta deverão ser atualizados pelo IPCA, ou pelo índice que o substitua;
- 4.3.9. A Garantia de Proposta, prestada em qualquer das modalidades previstas neste Edital, não poderá conter Cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pelo Licitante quanto à participação nesta Licitação.
- 4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;
- 4.4.1. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;
- 4.4.2. A não observância do disposto no item anterior ensejará desclassificação do licitante no momento da habilitação.
- 4.5. As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, devendo para tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto Municipal nº. 455/2021, declarando no campo próprio do sistema sua condição.
- 4.6. Se permitida a participação de empresas reunidas em regime de consórcio, destacado no Preâmbulo deste Edital, serão atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e aquelas aqui estabelecidas.
- 4.6.1. Qualquer das empresas consorciadas, ficam impedidas de participar isoladamente desta licitação, assim como de integrar mais de um consórcio.
- 4.6.2. Deverá ser entregue, junto com os documentos de habilitação:
- a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;
 - b) documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio, a qual deverá atender às condições de liderança, fixadas neste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 4.6.3. A empresa líder será a representante e responsável por todas as comunicações e informações do Consórcio, e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.
- 4.6.4. Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.
- 4.6.5. Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.
- 4.6.6. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 4.6.2. “a”, que deverá prever:
- 4.6.6.1. Compromissos e obrigações das consorciadas, dentre os quais o de que cada consorciada responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordens fiscais, administrativas e contratuais pertinentes ao objeto da licitação;
 - 4.6.6.2. **Declaração** expressa de responsabilidade solidária, ativa e passiva, das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, em relação à licitação e, posteriormente, ao eventual Contrato, até o final de sua execução;
 - 4.6.6.3. Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa anuência do órgão ou entidade contratante, até a conclusão dos trabalhos ou fornecimento que vierem a ser contratados;
 - 4.6.6.4. Compromisso de que o prazo de duração do consórcio deverá ser igual ou maior do que o prazo de vigência da contratação decorrentes desta licitação;
 - 4.6.6.5. Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros, bem como não terá denominação própria ou diferente das suas consorciadas;
 - 4.6.6.6. Compromissos e a divisão do escopo no fornecimento para cada uma das consorciadas, individualmente, em relação ao objeto da licitação, bem como o percentual de participação de cada uma em relação ao fornecimento previsto.
- 4.6.7. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.
- 4.6.8. O número máximo de empresas consorciadas será de definida no preâmbulo deste Edital, conforme justificativa técnica constante do Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4.6.9. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

4.6.10. Em relação à comprovação para habilitação econômico-financeira, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou caso contenha justificativa no expressa no Termo de Referência, haverá um acréscimo de 20 % (vinte por cento, para o consórcio, em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

4.7. **Não** poderão disputar esta licitação:

4.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.4. A pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal;

4.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 4.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, se assim estiver definido no Preâmbulo deste Edital;
- 4.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, [conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#)
- 4.8. Não tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;
- 4.9. O impedimento de que trata o item 4.7.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.1 e 4.7.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.12. O disposto nos itens 4.7.1 e 4.7.2 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 4.14. A vedação de que trata o item 4.7.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 4.15. Não será permitida a participação de pessoa física;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4.16. Não será permitido ainda a participação de empresas com falência decretada, em recuperação judicial e ou extrajudicial;

4.16.1. Exceção ao referido no item 4.14., somente será admitida participação de empresas em recuperação judicial, bem como empresas em processo falimentar desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Para participar do certame, o licitante interessado deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema do COMPRASNET, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

5.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp>- (UASG 983781).

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema, implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.6. A nãoobservância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

6. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E TRATAMENTO DIFERENCIADO – LEI COMPLEMENTAR 123/2006, DAS MEs/EPPs E EQUIPARADOS, E DECRETO 363/2025.

6.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), do Decreto n.º 8.538, de 2015;

- 6.1.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.2. Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 147/2014 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.3. A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.4. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.
- 6.5. Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.
- 6.6. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada neste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
- 6.7. A ME/EPP ou equiparado considerado empatado e mais bem classificado deverá ser convocado, após o término dos lances, para apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame em até 05 (cinco) minutos da convocação, sob pena de preclusão ([Art. 45, inciso I c/c § 3º, da LC nº 123/06](#));
- 6.8. Caso não haja exclusividade que trata o item XII do preâmbulo deste Edital, no que tange as regras nesta licitação, todos os licitantes deverão permanecer conectados até que o Pregoeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

possa verificar a ocorrência de um possível empate, pois, caso aconteça, serão tomadas as seguintes providências:

- 6.8.1. A ME/EPP ou equiparado acima indicado que efetivamente apresente nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, desde que em tempo hábil, e atenda as demais exigências previstas neste Edital, terá adjudicado em seu favor o objeto licitado ([Art. 45, I, da LC nº 123/06](#)).
- 6.8.2. Não ocorrendo contratação de ME/EPP ou equiparado na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME/EPP e equiparados remanescentes considerados empatados na ordem classificatória para o exercício do direito de ofertar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame ([Art. 45, II, da LC nº 123/06](#)).
- 6.8.3. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME/EPP e equiparados sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao lance mais vantajoso.
- 6.8.4. O critério de empate (5%) deverá ser aferido segundo o preço obtido antes da negociação prevista na Seção “DA NEGOCIAÇÃO”.
- 6.8.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro na plataforma (o próprio sistema registra na ordem as propostas e lances ofertados primeiro). No caso de não haver lances e verificada equivalência dos valores constantes das propostas de ME/EPP e equiparados que se encontrem em situação de empate, serão convocadas pelo Pregoeiro para iniciar nova disputa, e ao final, mesmo assim permanecendo o empate, prevalecerá aquela proposta ou lance que for recebido e registrado primeiro na plataforma (o próprio sistema registra na ordem as propostas e lances ofertados primeiro).
- 6.8.6. Somente se a contratação de ME/EPP ou equiparado que esteja dentro do critério de empate falhar é que o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora, atendidas as demais disposições deste Edital ([§ 1º do art. 45 da LC nº 123/06](#)).
- 6.8.7. Ainda como critério de desempate será dada preferência as empresas que apresentarem propostas de produtos de fabricação nacional.
- 6.8.8. O disposto nesta Seção somente será aplicável quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME/EPP ou equiparado ([Art. 45, § 3º, da LC nº 123/06](#)).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 6.8.9. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.8.10. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 6.8.11. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 6.8.12. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, na ordem assim definido nesta Lei.
- 6.9. Com base na regulamentação dada através do Decreto nº 363/2025, que dá tratamento favorecido, diferenciado e simplificado, ampliando a participação microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, nas contratações públicas de aquisição de bens, serviços e obras pelo município de Paulo Afonso/BA, caso neste edital determine em seu preâmbulo, fica estabelecido:
- 6.9.1. Da Licitação Exclusiva**
- a) Se o valor dos itens ou lotes seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação será exclusiva para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estabelecido no art. 4º do Decreto Municipal nº 363/2025.
- 6.10. A exclusividade prevista no item anterior não será aplicada nas seguintes hipóteses, devidamente justificadas no processo administrativo:
- a) Quando o objeto da contratação for tecnicamente indivisível;
 - b) Quando não houver, comprovadamente, licitantes enquadrados no regime de tratamento diferenciado aptos a atender às condições do edital;
 - c) Quando houver prejuízo à competitividade ou à economicidade, devidamente justificado em parecer técnico ou jurídico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

6.11. Para garantir a ampla publicidade e o acesso às oportunidades, o órgão contratante divulgará amplamente, em seus canais oficiais, as licitações exclusivas para MEI, ME e EPP.

6.11.1. Do Empate Ficto

- a) Para fins de desempate, será considerado empate ficto quando as propostas apresentadas por MEI, ME ou EPP forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço ofertado no pregão, conforme disposto no § 2º do art. 9º do Decreto Municipal nº 363/2025.
- b) Ocorrendo o empate ficto, a licitante enquadrada no regime de tratamento diferenciado mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos por item em situação de empate, apresentar nova proposta com valor inferior àquela considerada vencedora do certame, sob pena de preclusão.
- c) Não ocorrendo a contratação na forma do item anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- d) O direito de preferência somente se aplicará quando a melhor oferta válida não houver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual.

6.11.2. Da Regularidade Fiscal

- a) A comprovação da regularidade fiscal das licitantes beneficiárias do tratamento diferenciado será exigida apenas para fins de habilitação e contratação, não sendo um requisito para a participação no certame.
- b) A licitante declarada vencedora que possuir alguma irregularidade ou restrição em sua documentação de regularidade fiscal terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua declaração como vencedora, para a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário ou fiscal, e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- c) O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, mediante requerimento justificado da licitante.
- d) A não regularização da documentação no prazo estabelecido implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

6.11.3. Da Subcontratação Compulsória



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- a) Se esta licitação versar sobre contratação de serviços e obras, poderá ser estabelecida a exigência de subcontratação de microempreendedores individuais, microempresas ou empresas de pequeno porte, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções legais.
- b) Os percentuais mínimo fica determinado em 10%, e máximo em 30%, de subcontratação, sendo vedada a subcontratação total do objeto ou da parcela principal da contratação.
- c) As microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores.
- d) A empresa contratada será responsável pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação, devendo apresentar a documentação de regularidade fiscal da subcontratada no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual.
- e) A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for microempresa, empresa de pequeno porte ou consórcio composto em sua totalidade ou parcialmente por tais empresas, com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

6.11.4. Da Licitação Local E Regionalizada

- a) O presente edital estabelece no preambulo a prioridade ou a exclusividade de participação para licitantes sediadas no Município de Paulo Afonso (licitação local) ou na microrregião do território de identidade Itaparica, composta pelos Municípios de Paulo Afonso, Glória, Abaré, Macururé e Rodelas (licitação regionalizada).
- b) Para se enquadrar como fornecedor local ou regional, a licitante deverá atender cumulativamente aos seguintes requisitos:
 - I - Estar estabelecida e devidamente registrada no Município de Paulo Afonso ou nas regiões adjacentes, com sede ou filial que efetivamente execute o objeto contratado;
 - II - Estar regularizada junto aos órgãos fiscais, tributários e previdenciários competentes;
 - III - Possuir condições técnicas e operacionais para atender às exigências do edital.
- c) As licitações locais e regionalizadas definidas no preambulo buscarão estimular a contratação de empresas situadas no território municipal ou na microrregião, de modo a fomentar a economia local e gerar emprego e renda, respeitando os princípios da legalidade, isonomia, competitividade e eficiência.
- d) Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e definido o julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas e encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

Avenida Apolônio Sales, Nº 925 – Centro, Paulo Afonso-BA, CEP: 48608-901

Setor de licitações – Email: licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 6.12. Havendo negociação, a mesma será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.13. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, devidamente preenchida na forma do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, exclusivamente através do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp>, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.14. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação poderá mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento nos termos do [art. 17, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp>, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, dentro do prazo limite para acolhimento das propostas.
- 7.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, obrigatoriamente e simultaneamente os **documentos de habilitação e a proposta com o preço**, observado o disposto nos itens 11.1 deste Edital.
- 7.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **declarará**, em campo próprio do sistema, que:

7.4.1. **Declaração** que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 7.4.2. **Declaração** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 7.4.3. **Declaração** que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 7.4.4. **Declaração** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.5. O licitante organizado em cooperativa deverá **declarar**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá **declarar**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 7.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 7.7. A falsidade da declaração de que trata o item 7.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 7.8. Os licitantes poderão retirar, alterar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até prazo limite para acolhimento das propostas.
- 7.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase competitiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 7.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase competitiva.
- 7.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 7.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 7.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 7.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 7.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 7.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 7.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 7.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 7.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 8.1.1. Valor unitário e total ou desconto do item/lote;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 8.1.2. Marca;
- 8.1.3. Fabricante;
- 8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 8.3. A proposta de preços deverá, ainda, conter os seguintes documentos:
- 8.3.1. Planilha de preços unitários e totais ofertados, conforme **Anexo II**;
- 8.3.2. A proposta de preços deverá ser apresentada juntamente com a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme Modelo constante no Edital, sob pena de desclassificação.
- 8.3.3. O licitante deverá apresentar a proposta de preços de forma detalhada, descrevendo o serviço a ser prestado se for o caso, indicando, prazos de validade, no que for aplicável, bem como os valores unitários e o total, contendo até duas casas decimais após a vírgula, conforme regras matemáticas, sob pena de desclassificação de sua proposta;
- 8.3.4. A Licitante deverá adequar sua proposta de preços inclusive se, sagrar-se vencedora, ao último lance, aplicando obrigatoriamente a fórmula de arredondamento para baixo, sob pena de desclassificação da proposta;
- 8.3.5. A Proposta de Preços será considerada em conformidade com as diretrizes deste Edital, expressa em moeda nacional, o Real (R\$), em algarismos e por extenso, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação;
- 8.3.5.1. **SE** o objeto contiver além de aquisição, serviços e mão de obra, bem como obras e serviços de engenharia, a proposta comercial deverá vir acompanhado de:
- a. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (ANEXO II), PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS, PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS, PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI - bonificação e Despesas Indiretas, para os casos de obras e serviços de engenharia, e ou PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO LDI – Lucros e Despesas Indiretas, para os casos que envolvam serviços e mão de obras, que levará em conta o DETALHAMENTO de todos os impostos, salários, gratificações, adicionais, horas extraordinárias, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, alugueis, financiamentos, taxas, fretes, seguros, instalação/desinstalação, lucros, administração, mão de obra, maquinários, equipamentos, etc., e, quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

indiretamente sobre os serviços, constantes da proposta, abrangendo, assim, todos os custos com materiais e serviços necessários à execução do objeto em perfeitas condições de uso e a manutenção destas condições durante o prazo de contratação;

- b. Se o objeto estabelecer apenas aquisição de bens, o licitante deverá apresentar apenas PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (ANEXO II), já embutidos todos os custos destacados na alínea “a”, do subitem 8.3.5.1.
- c. Cada licitante deverá elaborar suas composições de custos que entenderem necessários para a conclusão do serviço, de acordo com as especificações técnicas, que demonstrem a viabilidade técnica e econômica dos valores propostos para o(s) serviço(s). Para efeito de composição de salários e demais gratificações na formação do preço deverão ser considerado a convenção coletiva da categoria, se for o caso.

*“**IMPORTANTE:** O TCU possui jurisprudência pacífica no sentido de que o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL não devem ser incluídos na proposta de preços do licitante, (Acórdãos nº 1.453/2009, nº 1.942/2009 e nº 2.060/2009, todos do Plenário).*

Vale citar a recente Súmula TCU nº 254/2010: “O IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica - e a CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - não se consubstanciam em despesa indireta passível de inclusão na taxa de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI do orçamento-base da licitação, haja vista a natureza direta e personalística desses tributos, que oneram pessoalmente o contratado”.

8.3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.3.8. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Estudo Técnico Preliminar – ETP, e do Avenida Apolônio Sales, Nº 925 – Centro, Paulo Afonso-BA, CEP: 48608-901



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 8.3.9. Ocorrendo discrepância entre os preços unitários e totais prevalecerão os primeiros, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias.
- 8.3.10. A não apresentação das exigências acima, junto com a proposta de preços, acarretará na sua desclassificação.
- 8.3.11. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.
- 8.3.12. As propostas terão validade de **90 (noventa) dias**, contados da data prevista para abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 8.3.13. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 8.3.14. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.3.15. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa (Brasil), efetuada por Tradutor Juramentado.
- 8.3.16. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira deverão também ser devidamente consularizados.
- 8.3.17. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 8.3.18. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste Edital.
- 8.3.19. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização perante os Tribunais de Contas (TCU, TCE, e ou TCM) e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- a. assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou
- b. condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 9.1. Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.
- 9.2. A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.
- 9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5. O lance deverá ser ofertado conforme estabelecido no critério de julgamento.
- 9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 9.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 9.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, estabelecido no Preâmbulo deste Edital, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.14. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.15. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 9.16. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, estabelecido no preâmbulo deste Edital, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 9.16.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.16.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.16.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 9.16.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 9.16.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 9.17. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**fechado e aberto**”, estabelecido no preâmbulo deste Edital, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço / maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 9.17.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 9.16.5, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 9.17.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.17.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.17.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.17.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.17.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 9.17.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 9.17.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.17.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

Avenida Apolônio Sales, Nº 925 – Centro, Paulo Afonso-BA, CEP: 48608-901

Setor de licitações – Email: licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 9.17.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.17.11. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.17.12. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, caso haja, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 9.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.18.1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro na plataforma (o próprio sistema registra na ordem as propostas e lances ofertados primeiro). No caso de não haver lances e verificada equivalência dos valores constantes das propostas de ME/EPP e equiparados que se encontrem em situação de empate, serão convocadas pelo Pregoeiro para iniciar nova

Avenida Apolônio Sales, Nº 925 – Centro, Paulo Afonso-BA, CEP: 48608-901

Setor de licitações – Email: licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

disputa, e ao final, mesmo assim permanecendo o empate, prevalecerá aquela proposta ou lance que for recebido e registrado primeiro na plataforma (o próprio sistema registra na ordem as propostas e lances ofertados primeiro).

9.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

9.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.19.2.2. Empresas brasileiras;

9.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

9.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 9.21. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 9.22. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.23. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.24. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, devidamente preenchida na forma do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, exclusivamente através do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp>, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 9.25. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 9.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA FASE DE JULGAMENTO

- 10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. SICAF;

10.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.gov.br/corregedorias/pt-br/assuntos/sistemas-correcionais/banco-de-sancoes>); e

10.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.gov.br/corregedorias/pt-br/assuntos/sistemas-correcionais/banco-de-sancoes>).

Avenida Apolônio Sales, Nº 925 – Centro, Paulo Afonso-BA, CEP: 48608-901

Setor de licitações – Email: licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 10.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#); e,
- 10.1.5. Outros órgãos de cadastro disponíveis, bem como órgãos de classe profissional.
- 10.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 10.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 10.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 10.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.3. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 10.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 10.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 10.6. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.
- 10.7. Será **desclassificada** a proposta vencedora que:
- 10.7.1. Contiver vícios insanáveis;
- 10.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 10.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 10.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada de forma cabal, quando exigido pela Administração;
- 10.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 10.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;
- 10.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 10.8.1.1. Inexistência de Atas e ou contratos firmados com a Administração Pública ou Privada com objeto igual ou semelhante contendo planilha de preços para conferência de valores próximos ofertados, dos últimos 12 (doze) meses;
 - 10.8.1.2. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 10.8.1.3. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.9. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 10.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 10.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital, conforme [art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021](#);
- 10.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores **forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 10.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 10.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que oportunize que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 10.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, **no prazo de 02 (duas) horas**, em arquivo único, exclusivamente através do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp>, sob pena de desclassificação proposta.
- 10.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor provisório será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 10.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 10.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 10.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 10.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 10.12. Erros simples no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

que não haja alteração ou majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

10.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

10.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10.14. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.

10.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema, acompanhado de relatório técnico da Secretaria Requisitante que avaliou as amostras.

10.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não estiver(em) em consonância com as especificações constantes no Instrumento Convocatório, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de executar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. A documentação exigida para fins de **habilitação** será a:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 11.2.1. Jurídica;
- 11.2.2. Técnica;
- 11.2.3. Fiscal, social e trabalhista e;
- 11.2.4. Econômico-financeiro.

***OBS:** a documentação que trata o item 11.2., poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.*

11.3. A documentação relativa à **Habilitação Jurídica** da licitante, cujo objeto social deve ser compatível com o objeto licitado, além dos documentos exigidos no termo de referência, consistir-se-á no que se segue:

- 11.3.1. Cédula de identidade ou outro documento válido com foto do(s) sócio(s);
- 11.3.2. Em se tratando de empresa individual;
 - 11.3.2.1. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - 11.3.2.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
 - 11.3.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:
 - 11.3.2.3.1. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.3.3. No caso de sociedade simples:

- 11.3.3.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de Sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Nota: Somente no caso do contrato social em vigor, quando houver a consolidação das cláusulas contratuais, não será necessário a apresentação de todas as alterações contratuais.

11.3.3.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

11.3.3.3. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.3.3.4. Alvará sanitário vigente, emitido pelo órgão competente da vigilância sanitária;

11.3.3.5. No caso de cooperativa:

11.3.3.5.1. ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971](#);

11.4. A documentação relativa à **Qualificação Técnica** da licitante, cujo objeto social deve ser compatível com o objeto licitado, além dos documentos exigidos no termo de referência, consistir-se-á no que se segue:

11.4.1 Apresentação de atestados ou declarações de capacidade técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando a execução satisfatória de serviços ou fornecimento similares ao objeto desta licitação.

11.4.1.1 Para fins de comprovação da aptidão técnica, será exigida a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica que comprove o fornecimento de quantidade mínima equivalente a **30% do total** do objeto do presente certame, considerando o porte da contratação e a necessidade de garantia de capacidade produtiva da empresa.

11.5. A documentação relativa à **Regularidade Fiscal, social e Trabalhista**, além dos documentos exigidos no termo de referência, consistir-se-á do que se segue:

11.5.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 11.5.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;
- 11.5.3. Alvará sanitário vigente, emitido pelo órgão competente da vigilância sanitária;
- 11.5.4. Apresentação de certificado de regularidade junto ao MAPA ou Avisa, conforme a natureza dos produtos fornecidos.
- 11.5.5. Declaração de que os produtos entregues atenderão integral mente às exigências da Resolução FNDE nº 6/2020 (ou norma vigente à época da contratação).
- 11.5.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014). - Tributos e Dívida Ativa da União do domicílio ou sede da licitante, através de certidões negativas ou certidões positivas com efeito negativo;
- 11.5.7. Prova de regularidade para com a Estadual (débitos inscritos e não Inscritos na dívida ativa), referente ao domicílio ou sede da licitante, através de certidões negativas ou certidões positivas com efeito negativo;
- 11.5.8. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, referente ao domicílio ou sede da licitante, através de certidões negativas ou certidões positivas com efeito negativo;
- 11.5.9. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 11.5.10. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. [\(Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011\)](#).
- 11.5.11. Apresentar **declaração** de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo o declarante pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei [art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#).
- 11.5.12. Sob pena de inabilitação, o licitante deverá apresentar **declaração**, inclusive via sistema do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp>, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 11.5.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração** de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas Leis Trabalhistas, nas normas infralegais, nas Convenções Coletivas de Trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 11.5.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 11.5.15. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 11.5.16. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, Social e Trabalhista, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 11.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para [Lei 14.133/21, art. 64](#):
- 11.6.1. Necessidade de complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 11.6.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 11.7. A documentação exigida para a **Qualificação Econômico-Financeira**, constitui-se do que se segue:
- a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação.
 - b) A empresa deverá comprovar que possui Capital Mínimo ou valor do Patrimônio Líquido de pelo menos 10% (dez por cento).
 - c) Apresentar Balanço dos Dois Últimos Exercícios Sociais. 14.5.2. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou revogar a licitação.

- 11.7 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.
- 11.8 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 11.9 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

12 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.7 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.8 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 12.9 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 12.10 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 12.11 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 12.12 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 12.13 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.7 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.7.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

13.7.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

13.8 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata:

13.8.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;

13.8.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.9 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.9.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.9.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

13.10 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.10.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.10.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

14 UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

- 14.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas pelo poder Executivo Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
- 14.2 O pedido de utilização da Ata de Registro de preços deverá ser consultado ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, devidamente formalizado por escrito pela Autoridade competente do órgão solicitante.
- 14.3 Cabe ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras resultantes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 14.4 As aquisições ou contratações adicionais referenciadas neste item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 14.5 O total de utilização de cada item não poderá exceder ao quádruplo do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 14.6 O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à Ata de Registro de Preços após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata.

15 DOS RECURSOS

- 15.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 15.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 15.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 15.3.1 a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente e de forma motivada**, sob pena de preclusão;
- 15.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 15.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 15.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 15.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 15.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar as razões de recurso para a Autoridade Competente, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.
- 15.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 15.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição das razões do recurso, assegurada a vistas imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 15.8 As razões de recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da Autoridade Competente.
- 15.9 O acolhimento das Razões do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal da Transparência do Município.
- 16 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
- 16.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 16.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 16.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 16.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 16.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 16.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 16.1.2.4 Deixar de apresentar amostra;
- 16.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 16.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 16.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 16.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 16.1.4.1 Fraudar a licitação;
- 16.1.5 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 16.1.5.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 16.1.5.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 16.1.5.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 16.1.6 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 16.1.7 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 16.1.8 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 16.1.8.1 Advertência;
 - 16.1.8.2 Multa;
 - 16.1.8.3 Impedimento de licitar e contratar; e
 - 16.1.8.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.2 Na aplicação das sanções serão considerados:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 16.2.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 16.2.2 As peculiaridades do caso concreto;
- 16.2.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 16.2.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 16.2.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.3 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial:
- 16.3.1 Para as infrações previstas nos itens 16.1, 16.1.1 e 16.1.2.5, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;
- 16.3.2 Para as infrações previstas nos itens 16.1.3.1, 16.1.4, 16.1.4.1, 16.1.6 e 16.1.6, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 16.4 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 16.5 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 16.6 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1, 16.1.1 e 16.1.2.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 16.7 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.3.1, 16.1.4, 16.1.4.1, 16.1.6 e 16.1.6, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1, 16.1.1 e 16.1.2.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 16.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.2.5, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

16.9 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

17.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3 As impugnações e os pedidos de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, referentes ao processo licitatório, e, serão enviados ao Pregoeiro, por meio de protocolo no setor de licitação ou para o endereço eletrônico licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br.

17.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

17.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

17.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

18.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis de expediente na Administração.

18.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9 É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Competente, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

18.10 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, a Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

- 18.11 Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.
- 18.12 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 18.13 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 18.14 O Edital e seus Anexos poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente através do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp>- (UASG 983781), pelo Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), pelo Portal da Transparência do Município, ou ainda através do com endereço eletrônico licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br.
- 18.15 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 18.15.1 **ANEXO I** - Termo de Referência;
- 18.15.2 **ANEXO II** – Modelo de Proposta de Preços;
- 18.15.3 **ANEXO III** - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
- 18.15.4 **ANEXO IV** – Modelo de Minuta de Contrato;
- 18.15.5 **ANEXO V** - Minuta da ata de registro de preços;
- 18.15.6 **ANEXO VI** - Modelo de declaração de Pleno Conhecimento e atendimento às exigências de habilitação.
- 18.15.7 **ANEXO VII** - Modelo de declaração de enquadramento na lei complementar n.º 123/2006;
- 18.15.8 **ANEXO VIII** - Modelo de carta credencial / procuração;
- 18.15.9 **ANEXO IX** - Modelo de declaração para reserva de cargos para pessoa deficiente e reabilitado;
- 18.15.10 **ANEXO X** - Modelo de declaração anticorrupção - lei federal n.º 12.846/2013 e decreto n.º 11.129/2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 18.15.11 **ANEXO XI** - Declaração de inexistência de menor no quadro da empresa – cumprimento do inciso xxxiii, do art. 7º, da CF;
- 18.15.12 **ANEXO XII** - Modelo de declaração de inexistência de fatos impeditivos para a habilitação;
- 18.15.13 **ANEXO XIII** - Modelo de declaração de não inidoneidade;
- 18.15.14 **ANEXO XIV** - Modelo de declaração de cumprimento das exigências dos incisos ii e iv do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;
- 18.15.15 **ANEXO XV** - Dados para assinatura do contrato.

19 DO FORO

19.1 Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de Paulo Afonso, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2 Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, em especial a Constituição Federal e a Lei 14.133/2021.

Paulo Afonso - BA, 09 de março de 2026.

Paulo Cesar Marini Júnior

Superintendente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à preparação da merenda escolar nas unidades de ensino vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações técnicas detalhadas neste documento.

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1 JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1 A oferta de alimentação escolar adequada é um componente essencial das políticas públicas educacionais voltadas ao fortalecimento do acesso, da permanência e do desempenho dos estudantes da educação básica. No Brasil, esse compromisso é materializado por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), política consolidada que assegura, de forma regular, refeições saudáveis e equilibradas aos alunos da rede pública, sendo parte integrante do processo de aprendizagem e formação cidadã.

2.1.2 No âmbito do município de Paulo Afonso, a Secretaria Municipal de Educação é a responsável por implementar localmente o PNAE, observando suas diretrizes nutricionais, sanitárias e pedagógicas. Para garantir a execução eficaz desse programa, é indispensável assegurar o abastecimento contínuo e diversificado de gêneros alimentícios, em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades nutricionais dos estudantes em cada etapa do ensino.

2.1.3 A necessidade de prover gêneros alimentícios decorre, portanto, da obrigação institucional de manter o funcionamento pleno do serviço de alimentação escolar, o que implica planejamento logístico, respeito à sazonalidade dos produtos, atenção às especificidades das comunidades escolares e cumprimento das metas nutricionais estabelecidas. Essa demanda contempla itens básicos e perecíveis, com variedade suficiente para compor cardápios balanceados, respeitando a cultura alimentar local e promovendo a educação nutricional no ambiente escolar.

2.1.4 A atuação da Secretaria nesse campo não se restringe à mera oferta de refeições, mas integra uma estratégia mais ampla de desenvolvimento humano, combate à vulnerabilidade social e fortalecimento do vínculo entre a escola, a família e a comunidade. Assim, o atendimento dessa necessidade constitui um dever público de caráter permanente, indispensável à efetividade da política educacional e à promoção da dignidade dos alunos matriculados na rede municipal de ensino.

2.2 JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1 A estimativa do quantitativo de gêneros alimentícios necessários para o atendimento da alimentação escolar foi elaborada com base no número de estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal de ensino, conforme dados atualizados do sistema educacional da Secretaria Municipal de Educação, considerando a frequência das refeições, os cardápios elaborados por nutricionista responsável e o calendário letivo anual. Conforme quadro abaixo:

MODALIDADE	ALUNOS MATRICULADOS
Creche	600
Pré-Escola	2.500

Anos Iniciais (1º ao 3º ano)	4.350
Anos Iniciais (4º e 5º ano)	3.050
Anos Finais (6º ao 9º ano)	5.400
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	700
TOTAL	16.600

2.2.2 Indo além, foram considerados os seguintes parâmetros:

- Quantitativo de alunos da rede municipal matriculados dos anos iniciais até o EJA;
- Número médio de dias letivos com fornecimento de merenda;
- Tipos de refeições: jejum, lanche, almoço, conforme a jornada de cada modalidade de ensino;
- Cardápio nutricional padronizado por faixa etária e por turno, aprovado pelo NUMAE e em consonância com o PNAE.

2.2.3 A partir desses dados, foram calculadas as quantidades médias necessárias de cada item alimentar, com base nos consumos per capita estimados, segundo as orientações técnicas do FNDE e cardápio de merenda escolar. Para assegurar a regularidade do fornecimento e prevenir descontinuidade decorrente de perdas, atrasos logísticos ou aumento de demanda pontual, foi incorporada à estimativa uma reserva técnica de aproximadamente 10%, aplicada proporcionalmente sobre os itens de maior sensibilidade ou variação de consumo, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	AÇÚCAR CRISTAL - Apresentação: Cristal, peneirado, com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade visíveis nas embalagens; Embalagens de 1 Kg, seladas de fábrica, embalagem de 30 Kg; Validade mínima de 8 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	FARDO	800
02	ALHO SECO - Apresentação: Nº4, seco, limpo, sadio, boa qualidade, em caixas tipo papelão de 10 Kg. Com data de validade mínima de 90 dias exposto na caixa. Entregas parceladas no NUMAE mediante cronograma.	CAIXA	236
03	AMIDO DE MILHO - Produto amiláceo extraído do milho. Embalagem fechada a vácuo de 500 g; de boa qualidade; caixa contendo 40 unidades, com validade e número de registro no Ministério da Saúde / Agricultura impressos nas embalagens; validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	UNIDADE	9.320
04	ARROZ PARBOILIZADO - Apresentação: Tipo 1; Longo fino; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade visíveis nas embalagens; Embalagens seladas de 1 kg, em fardos de 30 Kg; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	FARDO	825
05	AVEIA EM FLOCOS FINOS -Apresentação: Flocos finos, em embalagens de 200 g, seladas de fábrica, boa qualidade, caixa contendo 24 unidades, com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 10 meses após a entrega. Entregas parceladas no NUMAE, mediante cronograma do NUMAE	CAIXA	565
06	BATATA INGLESA - Produto fresco, com odor agradável; Coloração característica; Consistência firme; Sem machucados e perfurações; Graúdas; Sem brotos expostos, de boa qualidade; Limpas. Entregas parceladas no NUMAE, mediante cronograma.	KG	10.850
07	BISCOITO DOCE TIPO MARIA - Apresentação: Sabor tradicional, novo, consistência crocante; 0% gorduras trans, pacotes com 350g, embalagem dupla e em caixas de papelão contendo 20 pacotes; com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	CAIXA	5.115

08	BISCOITO DOCE – TIPO MARIA ZERO LACTOSE - Sabor tradicional, novo, consistência crocante; 0% gorduras trans; INSENTO DE LACTOSE, pacotes com 350g; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; validade mínima de 08 (oito) meses a partir da data de entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	PACOTE	40
09	BISCOITO SALGADO - Apresentação: Tipo Cream Cracker, novo, consistência crocante; 0% gorduras trans, pacotes com 350 g, embalagem dupla e em caixas de papelão contendo 20 pacotes; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	CAIXA	7.445
10	BISCOITO SALGADO – ZERO LACTOSE - Tipo Cream Cracker, novo, consistência crocante; 0% gorduras trans; INSENTO DE LACTOSE, pacotes com 350g; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; validade mínima de 08 (oito) meses a partir da data de entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	PACOTE	40
11	CAFÉ EM PÓ - Moído e torrado (tradicional, com torração e moagem média), com selo de pureza expedido pela ABIC; número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Embalagem individual : pacote tipo almofada aluminizada com 250 g cada; em caixas/fardos com 20 unidades; Validade mínima de 06 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas.	FARDO	1.530
12	CARNE BOVINA MOÍDA - Apresentação: Produto congelado; Pacotes embalados a vácuo de 500 g, com baixa taxa de gordura; Cor, cheiro e sabor próprios, isenta de manchas esverdeadas e arroxeadas, cartilagem e aponevrose. Caixa tipo papelão contendo 20 pacotes. Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura / SIF ou SIE e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após a entrega. Entregas parceladas nas escolas mediante cronograma do NUMAE (A entrega da área urbana ficará sob responsabilidade do fornecedor e a entrega da área rural sob responsabilidade no NUMAE). O produto deve ser transportado refrigerado.	CAIXA	5.105
13	CARNE SALGADA RESFRIADA DE BOVINO SEM OSSO TIPO COXÃO MOLE . Especificações: carne bovina de 1ª, tipo coxão mole salgada resfriada, em embalagens impermeável e amplamente protegida, rotuladas, contendo os carimbos do S.I.F, S.I.E ou S.I.M com identificação do produto. Deverá apresentar cor, odor e sabor característico de produto adequado ao consumo humano. O transporte deverá ser realizado em veículo adequado, limpo e em temperatura ideal para sua conservação. Fornecer em embalagens de 1Kg. Produto com prazo de validade: 12 meses a contar da data de fabricação e 6 meses a partir do recebimento.	KG	18.226
14	CHOCOLATE EM PÓ - Solúvel, 50% cacau, obtido a partir do cacau em pó e açúcar, ideal para bebidas, sem lactose, o produto deve ser isento de umidade, materiais estranhos, toxinas, parasitos, insetos e larvas, apresentando cor, odor e sabor característicos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade de produto; unidades de 200 g; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	UNIDADES	86.400
15	COLORÍFICO - Apresentação: Produto constituído de mistura de fubá de milho com urucum em pó, fino, de coloração avermelhada; <u>Embalagens com 10 unidades de 100 gramas. Fardo com 10 unidades de 100 gramas.</u> Não deverá apresentar sujidades, matérias estranhas, bolor ou parasitos. Isento de glúten e sal. Embalagens de 100 g, seladas de fábrica; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	FARDO	1.610
16	CONDIMENTO MISTO - Apresentação: Composto por fubá de milho, cominho, pimenta do reino; Isento de glúten e sal. <u>Embalagens com 10 unidades de 100 gramas. Fardo com 10 unidades de 100 gramas;</u> Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	FARDO	1.610
17	FARINHA DE MANDIOCA - Tipo 1; seca; nova, safra 2021/2022, branca; fina; em quilo seladas de fábrica de 1 kg; fardos contendo 30 kg, com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; válida de mínima de 08 meses após a entrega. Entregas parceladas mediante cronograma do NUMAE	FARDO	156
18	FÍGADO BOVINO - Produto congelado; Sem excessos de gorduras, sem cartilagens e aponevroses, firme, não pegajoso, isento de manchas esverdeadas ou arroxeadas, limpo, novo; Embalagens de 2 Kg, registro no Ministério da Saúde/Agricultura, nº do SIF e validade impressos nas embalagens; <u>Validade mínima de 08 meses a contar da data da entrega.</u> Entregas parceladas mediante cronograma do NUMAE.O <u>produto deve ser transportado refrigerado.</u>	PACOTE	5.715

19	FILÉ DE PEITO DE FRANGO - Apresentação: Cortes congelados de frango (filé de peito), sem osso, sem pele, não amolecido, cor própria e sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem primária em bandeias de isopor de 1 Kg, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo; embalagem secundária acondicionadas em caixas de papelão lacradas de 12 kg, Deverá constar na embalagem dados de identificação, procedência, informações nutricionais, data de validade, quantidade do produto, número de registro no SIF. Validade mínima de 06 meses, a contar da data de entrega. Entregas parceladas nas escolas mediante cronograma do NUMAE (a entrega da área urbana ficará sob responsabilidade do fornecedor e a entrega da área rural sob responsabilidade do NUMAE).o produto deve ser transportado refrigerado.	CAIXA	5.185
20	FLOCÃO DE MILHO - Apresentação: Farinha de milho flocada, sem sal, fonte de fibra; Pacotes de 500 g, fardos com 20 pacotes; Boa qualidade; Embalagem selada; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	FARDO	1.191
21	IOGURTE - Produto obtido através de leite reconstituído semidesnatado e/ou leite pasteurizado integral, padronizado em seu conteúdo de gorduras, contendo polpa de frutas no sabor morango ou frutas vermelhas. O iogurte deverá ser isento de contaminação, sujidades e corpos estranhos, não serão permitidas embalagens danificadas. O produto deve ser rotulado de acordo com a lei vigente; com rótulo de identificação e com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; embalagem plástico resistente e atóxico contendo 1000 ml do produto. O produto deve ser mantido e transportado refrigerado. Entregas parceladas no NUMAE, mediante cronograma.	LITROS	10.000
22	LEITE DE CÔCO , Apresentação: Leite de Côco tradicional (não modificado); Ingredientes: leite de Côco, água, conservadores acidulantes, espessante, estabilizante. Unidades – garrafas PET com 500 ml; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; fardo com 12 unidades; garrafas PET com 500 ml validade mínima de 06 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	FARDO	450
23	LEITE EM PÓ INTEGRAL , Apresentação: Integral; Fonte de cálcio, não modificado (não composto lácteo); Ingrediente: leite integral, em pacotes de 200 g; Fardo com 50 pacotes, boa qualidade; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura / SIF ou SIE e validade impressas nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	FARDO	3.921
24	LEITE EM PÓ INTEGRAL - SEM LACTOSE - Deve ser ISENTO DE LACTOSE em seus ingredientes, rico em vitaminas (A, C, D e E), zinco, ferro e cálcio. Embalagem: sacos de polietileno aluminizados, limpos, não violados, resistentes, deve conter os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. Embalagem: 300 g. O produto deverá apresentar validade mínima de 8 (oito) meses a partir da data de entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	PACOTE	450
25	MACARRÃO - Apresentação: Espaguete, embalagens de 500g, em fardos 20 x 500g, 10 kg; Embalagem selada; Com validade e número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura impressos nos pacotes; Validade mínima de 6 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	FARDO	2.451
26	MACARRÃO, ZERO GLÚTEN, MACARRÃO DE ARROZ , sem glúten massa proveniente de arroz e sem misturas de outros tipos de macarrão. Tipo espaguete; embalagens de 500 g; Embalagem selada; com validade e número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura impressos nos pacotes; validade mínima de 06 meses após entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma no NUMAE.	PACOTES	80
27	MACAXEIRA A VÁCUO - Descascada, limpa e embalada a vácuo, congelada, in natura, não estar danificada por qualquer lesão física ou mecânica. Embaladas em sacos plásticos lacrados a vácuo e rotulados de acordo com a legislação brasileira dos produtos congelados. Embalagem de 1 Kg; validade mínima de 30 dias a partir da data de fabricação. O produto deve ser mantido e transportado refrigerado. Entregas parceladas nas escolas mediante cronograma (a entrega da área urbana ficará sob responsabilidade do fornecedor e a entrega da área rural sob responsabilidade do NUMAE).	KG	6.250
28	MARGARINA COM SAL – EMBALAGEM COM 1 KG – Cremosa, composto mínimo de 70% de lipídios, obtida da emulsão de gorduras e óleos alimentares vegetais, enriquecida com vitaminas e outras substâncias permitidas. Aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares, isenta de ranço e de bolores. Forma de apresentação: embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade e quantidade do produto.	KG	80

	Devem ser acondicionados em embalagens adequadas às condições previstas de transporte e armazenamento e que confiram ao produto a proteção necessária, não amassadas, não estufadas, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, potes de polipropileno com lacre de papel aluminizado entre a tampa e o pote, com embalagem de 1KG. Necessita de refrigeração. MARCAS DE REFERÊNCIA: Becel, Qualy, Delícia e similares.		
29	ÓLEO DE SOJA - Apresentação: Refinado; De soja, tipo 1; Embalagens plásticas com 900 ml, hermeticamente fechadas; Com validade e número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura impressos nas embalagens; Caixa tipo papelão, contendo 20 unidades, validade mínima de 06 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	CAIXA	680
30	OVO DE GALINHA - Apresentação: Tipo grande; Novos; Casca íntegra, sem rachaduras, sem sujidades, sadios; Em placas internas de papelão que proteja o produto contra quebras; Com embalagem externa em caixa de papelão, contendo 30 dúzias; Com validade e número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura impressos nas embalagens; Validade mínima de 25 dias após a entrega. Entregas parceladas no NUMAE mediante cronograma.	CAIXA	1.410
31	PÃO FRANCÊS TIPO BISNAGUINHA , cada pão deverá ter cerca 20g - pacote industrial de 300g *embalagem deve conter data de fabricação e validade. ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, fermento biológico, água, sal, gordura. * pães queimados, murchos, crus, Ressecados, esfarelados não serão aceitos. Todo o processo de confecção, armazenamento e transporte deverão obedecer os padrões higiênico-sanitários da Vigilância Sanitária.	KG	1.400
32	PÃO TIPO HOT DOG - Apresentação: Tipo hot dog, boa qualidade, 0% gorduras trans; Peso de 50 g por unidade, acondicionados em embalagens plásticas com 500 g (adequadas para este produto), caixa tipo papelão contendo 3 kg, com data de fabricação e prazo de validade visivelmente nas embalagens, em perfeito estado para consumo. Entregas parceladas nas ESCOLAS, mediante cronograma do NUMAE (A entrega de pão da área urbana ficará sob responsabilidade do fornecedor e a entrega da área rural sob responsabilidade do NUMAE).	KG	6.825
33	POLPA DE TOMATE , apresentação: Polpa de tomate simples concentrada; Ingredientes: Tomate e açúcar; Boa qualidade; Embalagens individuais (caixinha) com 260 g fechadas a vácuo; Com validade e número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura impressos nas embalagens; Caixa tipo papelão, contendo 24 unidades, validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	CAIXA	3.555
34	POLPA DE FRUTA PASTEURIZADA , apresentação: Produto pasteurizado e congelado; Sem adição de açúcar, corantes artificiais e aditivos químicos, embalagens de 1kg, resistentes, seladas; Com rótulo de identificação e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 6 meses; Com número de registro no Ministério da Saúde / Agricultura impressos nos pacotes. Sabor: Acerola. Entregas parceladas nas escolas mediante cronograma. (A entrega da zona urbana ficará sob responsabilidade do fornecedor, e a entrega da zona rural sob responsabilidade do NUMAE).	KG	34.240
35	SAL IODADO - Apresentação: Iodado; Moído; De boa qualidade; Sem apresentar sujidades; Em embalagens de 1 Kg, seladas de fábrica, em fardos de 30 Kg; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos em embalagens. Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	FARDO	87
36	SARDINHA EM CONSERVA - Apresentação: Rica em ômega 3 e fonte de cálcio; Unidade de 125 g em caixas tipo papelão com 50 unidades, peso drenado 84 g, hermeticamente fechadas, sem ferrugem; Embalagem abre fácil, com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 01 ano após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	CAIXA	106
37	VINAGRE , apresentação: De álcool, garrafas com 500 ml, resistentes; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; validade mínima de 01 ano após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	UNIDADE	5.376
38	XERÉM DE MILHO , apresentação: Grão de milho vermelho com moagem média; De boa qualidade, pacotes selados de 500g; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	PACOTES	18.800

2.2.3 Os quantitativos foram definidos com margem técnica, de modo a atender eventuais redistribuições e futuras expansões de escolas em reforma ou ampliação.

2.3 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1 A análise das alternativas disponíveis para o atendimento da política de alimentação escolar, com base na metodologia SWOT, evidencia de forma clara que a aquisição de gêneros alimentícios pela Administração Pública é a solução mais aderente às diretrizes legais, nutricionais, pedagógicas e operacionais que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

2.3.2 A alimentação escolar constitui serviço público essencial, de execução contínua e diretamente vinculado ao direito fundamental à educação e à segurança alimentar dos alunos. Nesse contexto, a solução contratual deve priorizar a regularidade do abastecimento, a flexibilidade na gestão das quantidades, a mitigação de riscos operacionais e a eficiência administrativa.

2.3.3 A adoção do Sistema de Registro de Preços possibilita:

- Aquisições conforme a demanda real das unidades escolares, evitando estoques excessivos e perdas por perecibilidade;
- Redução do número de procedimentos licitatórios ao longo do exercício financeiro;
- Maior competitividade por meio do pregão eletrônico;
- Melhor previsibilidade orçamentária;
- Mitigação do risco de desabastecimento;
- Maior racionalidade no planejamento anual das contratações.

2.3.3 Comparativamente às alternativas analisadas, o Registro de Preços apresenta melhor equilíbrio entre segurança do fornecimento, eficiência administrativa e economicidade, além de reduzir a probabilidade de contratações emergenciais decorrentes de falhas de planejamento.

2.3.4 Sob o prisma jurídico, a medida encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, sendo instrumento adequado para contratações de natureza repetitiva, com entregas parceladas e demanda variável, características próprias do fornecimento de gêneros alimentícios para merenda escolar.

2.3.5 Diante do exposto, **OPINA-SE TECNICAMENTE PELA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, como solução mais eficiente, segura e alinhada às boas práticas de governança das contratações públicas.

2.4 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

2.4.1. Tendo em vista a natureza do objeto — fornecimento de gêneros alimentícios para a composição da merenda escolar —, conclui-se pela viabilidade técnica, econômica e operacional do parcelamento da solução por **ITEM**, ou seja, com a especificação e aquisição individualizada de cada produto constante da planilha de necessidades.

2.4.2. Essa forma de estruturação é especialmente recomendada por:

- Permitir a ampla concorrência, inclusive a participação de micro e pequenas empresas e fornecedores locais;
- Considerar as peculiaridades de fornecimento, prazo de validade e logística de cada tipo de alimento;

- Viabilizar maior controle da qualidade e da conformidade dos produtos entregues, já que cada item pode ser avaliado e fiscalizado de forma autônoma;
- Reduzir riscos contratuais decorrentes de falhas no fornecimento, uma vez que a inexecução de um item não compromete o fornecimento dos demais;
- Facilitar a gestão de entregas e cronogramas diferenciados, conforme o tipo de produto, a sazonalidade e a demanda de cada unidade escolar.

2.4.3. Dessa forma, conclui-se pela adoção do parcelamento por **ITENS** como a estratégia mais adequada, transparente e vantajosa para a Administração, especialmente no contexto da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), respeitando os princípios da competitividade, eficiência e interesse público.

2.4 DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

2.5.1 Nos termos do art. 15, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, é possível à Administração, de forma motivada, vedar a participação de empresas em consórcio, desde que a medida esteja justificada no edital de licitação.

2.5.2 Considerando a natureza da presente contratação — aquisição de gêneros alimentícios —, não se justifica a participação de consórcios empresariais, uma vez que:

- Trata-se de objeto comum, com ampla disponibilidade de fornecedores individualmente capacitados no mercado;
- A contratação não envolve grande complexidade técnica ou divisão de especialidades que exija a união de empresas para cumprimento do objeto;
- A responsabilização contratual será mais clara, direta e eficiente com fornecedores atuando de forma individual;
- A permissão de consórcios poderia onerar a análise documental, dificultar a fiscalização e comprometer a execução unificada do serviço

2.5.3. Portanto, visando garantir a eficiência na gestão contratual, a responsabilização objetiva, a segurança jurídica e a economicidade, fica expressamente vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio no certame que originará a presente contratação, o que será devidamente consignado no edital e demais peças do processo.

2.6 DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

2.6.1 A Lei nº 14.133/2021 não estabelece vedação genérica à participação de pessoas físicas em processos licitatórios, devendo a análise da admissibilidade considerar a natureza do objeto, a viabilidade técnica da execução e o cumprimento das exigências legais pertinentes.

2.6.2 Considerando a complexidade logística e a natureza técnica e sanitária do objeto, justifica-se, de forma fundamentada, a vedação à participação de pessoa física no processo licitatório para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar.

2.6.3 Além disso, a vedação se fundamenta na necessidade de garantir a padronização, continuidade e segurança da execução contratual, evitando riscos de descumprimento contratual, entregas irregulares ou falhas no atendimento às exigências legais e sanitárias.

2.6.4 Assim, com base na natureza especializada do objeto, na complexidade logística envolvida e na exigência de infraestrutura e regularidade fiscal, conclui-se pela impossibilidade técnica de admitir a participação de pessoas físicas, restringindo-se a contratação a pessoas jurídicas legalmente constituídas e habilitadas, garantindo maior segurança à Administração e melhor atendimento ao interesse público.

2.6.5 Dessa forma, desde que o participante comprove capacidade técnica compatível com a execução do objeto, regularidade fiscal e condições de entrega conforme os requisitos previstos no edital, não há impedimento legal à sua participação como pessoa física, devendo tal possibilidade ser admitida no processo licitatório, em atenção ao interesse público e aos princípios que regem as contratações públicas.

3. DA FORMAÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

3.1 A Lei nº 14.133/2021, que revogou e substituiu o antigo regime licitatório estabelecido na Lei nº 8.666/1993, trouxe importantes inovações e aperfeiçoamentos no âmbito das contratações públicas, entre os quais se destaca a regulamentação expressa e detalhada do Sistema de Registro de Preços (SRP), conferindo ao sistema o devido status legal, com regras claras sobre hipóteses de cabimento, formalização da ata, validade, adesões e limites de contratação. Essa mudança reforça a segurança jurídica e a institucionalização da ferramenta no planejamento das contratações públicas. Nesse sentido, Michelle Marry Marques da Silva:

O Sistema de Registro de Preços -SRP poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, não podendo ser considerado uma modalidade licitatória. É um procedimento auxiliar utilizado como instrumento de facilitar a atuação da Administração Pública. Não gera compromisso efetivo de aquisição. Desse modo, inaugurado o certame licitatório e declarado o ganhador ele terá seus preços registrados e, assim, as necessidades posteriores de contratação deverão, em regra ser formalizadas com ele, de acordo com o preço que foi registrado.

3.2 No mesmo sentido o art. 6º, XLV da lei 14.133/2021:

XLV – sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

3.3 Do ponto de vista gerencial, o Sistema de Registro de Preços (SRP) representa uma das mais eficazes ferramentas de planejamento e execução das contratações públicas. Sua adoção permite à Administração Pública organizar previamente um rol de fornecedores habilitados, com preços definidos e condições estabelecidas em ata, o que promove maior previsibilidade nas aquisições, agilidade no atendimento às demandas e melhor governança dos fluxos internos de contratação. Essa estrutura pré-constituída fortalece a capacidade da Administração de responder tempestivamente às necessidades operacionais, sem abrir mão da legalidade, da economicidade e da segurança jurídica. Joel Niebuhr:

A utilização do registro de preços depende de juízo discricionário da Administração. Deve-se ter em mente, ao decidir pelo uso ou não do registro de preços, que a característica mais marcante dele é que a Administração não se obriga a contratar o objeto consignado na ata, como reconhece o art. 86 da lei 14.133. (...) O registro de preços, diante dessas premissas, cai muito bem em relação a objetos de difícil previsibilidade, dado que a Administração pode prever no edital de licitação e registrar em ata quantitativo superior à sua real estimativa, dado que não é obrigado a contratá-lo, insista-se, na forma do artigo 83 da lei 14.133/2021.

3.4 Dessa maneira, resta-se comprovado que o SRP se trata de uma ferramenta gerencial de extrema importância, principalmente nas contratações que são de difícil quantificação. Entretanto, esta não pode ser a fundamentação base para o SRP. Outro ponto de extrema é

importância é a interpretação do artigo 86, que trata do aviso de intenção de realização do Registro de Preços. Vejamos:

Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

§ 1º O procedimento previsto no **caput** deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.

3.5 Embora o caput do supracitado dispositivo, externe que o órgão gerenciado deverá realização um ato prévio de aviso de intenção de realização da formação de registro de preços, posteriormente, a própria normatiza, dispensa a realização da intenção de formação do registro de preços. Nessa perspectiva Joel Niebuhr:

No entanto, o dispositivo trata da dispensa de realizar o procedimento de intenção de registro de preços, portanto a possibilidade de ele nem sequer ser aberto. Nesse momento prévio, antes de abrir a intenção de registro de preços, o órgão ou entidade somente pode ser considerado como único contratante se ele próprio decide ser o único contratante. No final das contas, o §1º do artigo 86 da Lei 14.133/2021 concede competência discricionária para que o órgão ou entidade decida ser o único contratante e, se assim o fizer, para que não realize os procedimentos de intenção. De todo modo, é preciso reconhecer sim a competência discricionária para não realizar o procedimento de intenção de registro de preços, ainda que se considere que a regra seja realiza-lo.

3.6 Assim, trata-se de competência discricionária do órgão gerenciador decidir se fará ou não, a publicação do ato de intenção de realização do registro de preços.

3.7 Dessa maneira, a contratação pretendida — voltada à aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar — insere-se de maneira adequada nas hipóteses previstas no caput do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o SRP como modalidade aplicável sempre que, pela natureza do objeto, houver necessidade de contratações frequentes, entregas parceladas ou impossibilidade de estimativa precisa da demanda. A imprevisibilidade de parte dos quantitativos, a diversidade de unidades escolares atendidas e a necessidade de resposta célere às oscilações operacionais configuram um cenário típico para a adoção do registro de preços como solução contratual mais eficaz.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

4.1 Os produtos deverão apresentar, no mínimo, as seguintes especificações técnicas gerais:

- Todos os produtos alimentícios deverão estar dentro do prazo de validade e apresentar condições ideais de conservação e consumo, com data de validade mínima de **6 (seis) meses** no ato da entrega, salvo os casos que tal lapso temporal não se aplique;
- Os gêneros deverão estar em perfeitas condições de higiene, integridade e acondicionamento, livres de qualquer tipo de contaminação física, química ou biológica;
- Os alimentos deverão apresentar rótulo legível em português, contendo obrigatoriamente as informações exigidas pela legislação vigente: nome do produto, lista de ingredientes, data de fabricação e validade, peso líquido, identificação do lote, registro no órgão competente (Anvisa ou MAPA), informações nutricionais e dados do fabricante;

- Os produtos perecíveis (carnes, laticínios, hortifrutigranjeiros, entre outros) deverão ser transportados em veículos adequados, com controle de temperatura, higienizados e exclusivos para transporte de alimentos, conforme exigências sanitárias;
- Todos os alimentos devem estar em conformidade com os padrões estabelecidos no cardápio elaborado por nutricionista habilitado, respeitando as metas de nutrientes e a segurança alimentar dos estudantes.

5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 Os gêneros alimentícios deverão ser fornecidos conforme demanda, mediante solicitação da SME.

5.2ª contratada será responsável integralmente pela logística de entrega;

5.3ª entrega dos materiais deverão observar os seguintes critérios:

- **Local e prazo de entrega:** Os itens deverão ser entregues, na sede do Núcleo Municipal de Merenda Escolar – NUMAE, localizado na Rua São Roque, S/N, Cardeal Brandão Vilela, Paulo Afonso/BA, Paulo Afonso/BA, das 07:00 às 17:00 horas, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento ou da Nota de Empenho, conforme cronograma definido pelo setor competente, podendo ser prorrogado mediante solicitação e autorização da Secretaria Municipal de Educação.
 - **O descarregamento deverá ser realizado por responsabilidade da contratada;**

5.4 O recebimento provisório dos materiais será feito mediante inspeção visual e funcional. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação completa, com a emissão de termo de recebimento definitivo pela equipe técnica da SME.

5.5 Serão rejeitados os materiais:

- Danos físicos aparentes;
- Fora do prazo de validade mínimo;
- Alimentos estragados;
- Indícios de uso prévio;
- Incompatibilidade com as especificações técnicas.

5.6 Caso constatada qualquer não conformidade, a empresa contratada será notificada e deverá sanar os vícios no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis.

6. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

6.1 O valor estimado para a contratação a aquisição do objeto da presente contratação é **R\$:10.247.809,96 (Dez milhões, duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos e nove reais e noventa e seis centavos).**

6.2 A estimativa foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada junto ao Painel de Preços do Governo Federal, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 considerando os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade da contratação para a Administração Pública, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

6.3 No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

6.4 Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	AÇÚCAR CRISTAL - Apresentação: Cristal, peneirado, com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade visíveis nas embalagens; Embalagens de 1 Kg, seladas de fábrica, embalagem de 30 Kg; Validade mínima de 8 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	FARDO	800	R\$:135,50	R\$:108.400,00
02	ALHO SECO - Apresentação: Nº4, seco, limpo, sadio, boa qualidade, em caixas tipo papelão de 10 Kg. Com data de validade mínima de 90 dias exposto na caixa. Entregas parceladas no NUMAE mediante cronograma.	CAIXA	236	R\$:250,00	R\$:59.000,00
03	AMIDO DE MILHO - Produto amiláceo extraído do milho. Embalagem fechada a vácuo de 500 g; de boa qualidade; com validade e número de registro no Ministério da Saúde / Agricultura impressos nas embalagens; validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	UNIDADES	9.320	R\$:9,15	R\$:85.278,00
04	ARROZ PARBOILIZADO - Apresentação: Tipo 1; Longo fino; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade visíveis nas embalagens; Embalagens seladas de 1 kg, em fardos de 30 Kg; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	FARDO	825	R\$:189,00	R\$:155.925,00
05	AVEIA EM FLOCOS FINOS - Apresentação: Flocos finos, em embalagens de 200 g, seladas de fábrica, boa qualidade, caixa contendo 24 unidades, com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 10 meses após a entrega. Entregas parceladas no NUMAE, mediante cronograma do NUMAE	CAIXA	565	R\$:119,35	R\$:67.432,75
06	BATATA INGLESA - Produto fresco, com odor agradável; Coloração característica; Consistência firme; Sem machucados e perfurações; Graúdas; Sem brotos expostos, de boa qualidade; Limpas. Entregas parceladas no NUMAE, mediante cronograma.	KG	10.850	R\$:4,05	R\$:43.942,50
07	BISCOITO DOCE TIPO MARIA - Apresentação: Sabor tradicional, novo, consistência crocante; 0% gorduras trans, pacotes com 350g, embalagem dupla e em caixas de papelão contendo 20 pacotes; com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade	CAIXA	5.115	R\$: 112,00	R\$: 572.880,00

	mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.				
08	BISCOITO DOCE – TIPO MARIA ZERO LACTOSE - Sabor tradicional, novo, consistência crocante; 0% gorduras trans; INSENTO DE LACTOSE, pacotes com 350g, embalagem dupla e em caixas de papelão contendo 20 pacotes; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; validade mínima de 08 (oito) meses a partir da data de entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	PACOTE	40	R\$: 8,30	R\$:332,00
09	BISCOITO SALGADO - Apresentação: Tipo Cream Cracker, novo, consistência crocante; 0% gorduras trans, pacotes com 350 g, embalagem dupla e em caixas de papelão contendo 20 pacotes; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	CAIXA	7.445	R\$:102,54	R\$:763.410,30
10	BISCOITO SALGADO – ZERO LACTOSE - Tipo Cream Cracker, novo, consistência crocante; 0% gorduras trans; INSENTO DE LACTOSE, pacotes com 350g, embalagem dupla e em caixas de papelão contendo 20 pacotes; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; validade mínima de 08 (oito) meses a partir da data de entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	PACOTE	40	R\$:7,52	R\$:300,80
11	CAFÉ EM PÓ - Moído e torrado (tradicional, com torração e moagem média), com selo de pureza expedido pela ABIC; número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Embalagem individual: pacote tipo almofada aluminizada com 250 g cada; em caixas/fardos com 20 unidades; Validade mínima de 06 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas.	FARDO	1.530	R\$:377,15	R\$:577.039,50
12	CARNE BOVINA MOÍDA - Apresentação: Produto congelado; Pacotes embalados a vácuo de 500 g, com baixa taxa de gordura; Cor, cheiro e sabor próprios, isenta de manchas esverdeadas e arroxeadas, cartilagem e aponevrose. Caixa tipo papelão contendo 20 pacotes. Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura / SIF ou SIE e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após a entrega. Entregas parceladas nas escolas mediante cronograma do	CAIXA	5.105	R\$:119,67	R\$:610.915,35

	NUMAE (A entrega da área urbana ficará sob responsabilidade do fornecedor e a entrega da área rural sob responsabilidade no NUMAE). O produto deve ser transportado refrigerado.				
13	CARNE SALGADA RESFRIADA DE BOVINO SEM OSSO TIPO COXÃO MOLE. Especificações: carne bovina de 1ª, tipo coxão mole salgada resfriada, em embalagens impermeável e amplamente protegida, rotuladas, contendo os carimbos do S.I.F, S.I.E ou S.I.M com identificação do produto. Deverá apresentar cor, odor e sabor característico de produto adequado ao consumo humano. O transporte deverá ser realizado em veículo adequado, limpo e em temperatura ideal para sua conservação. Fornecer em embalagens de 1Kg. Produto com prazo de validade: 12 meses a contar da data de fabricação e 6 meses a partir do recebimento.	KG	18.226	R\$:32,74	R\$:596.719,24
14	CHOCOLATE EM PÓ - Solúvel, 50% cacau, obtido a partir do cacau em pó e açúcar, ideal para bebidas, sem lactose, o produto deve ser isento de umidade, materiais estranhos, toxinas, parasitos, insetos e larvas, apresentando cor, odor e sabor característicos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade de produto; unidades de 200g; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	UNIDADE	86.400	R\$:19,89	R\$:1.718.496,00
15	COLORÍFICO - Apresentação: Produto constituído de mistura de fubá de milho com urucum em pó, fino, de coloração avermelhada; <u>Embalagens com 10 unidades de 100 gramas. Fardo com 10 unidades de 100 gramas.</u> Não deverá apresentar sujidades, matérias estranhas, bolor ou parasitos. Isento de glúten e sal. Embalagens de 100 g, seladas de fábrica; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	FARDO	1.610	R\$:11,52	R\$:18.547,20
16	CONDIMENTO MISTO - Apresentação: Composto por fubá de milho, cominho, pimenta do reino; Isento de glúten e sal. <u>Embalagens com 10 unidades de 100 gramas. Fardo com 10 unidades de 100 gramas;</u> Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	FARDO	1.610	R\$:24,42	R\$:39.316,20

17	FARINHA DE MANDIOCA - Tipo 1; seca; nova, safra 2021/2022, branca; fina; em quilo seladas de fábrica de 1 kg; fardos contendo 30 kg, com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; válida de mínima de 08 meses após a entrega. Entregas parceladas mediante cronograma do NUMAE	FARDO	156	R\$:109,75	R\$:17.121,00
18	FÍGADO BOVINO - Produto congelado; Sem excessos de gorduras, sem cartilagens e aponevroses, firme, não pegajoso, isento de manchas esverdeadas ou arroxeadas, limpo, novo; Embalagens de 2 Kg, registro no Ministério da Saúde/Agricultura, nº do SIF e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses a contar da data da entrega. Entregas parceladas mediante cronograma do NUMAE.O <u>produto deve ser transportado refrigerado.</u>	PACOTE	5.715	R\$:17,37	R\$:99.269,55
19	FILE DE PEITO DE FRANGO - Apresentação: Cortes congelados de frango (filé de peito), sem osso, sem pele, não amolecido, cor própria e sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem primária em bandeias de isopor de 1 Kg, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo; embalagem secundária acondicionadas em caixas de papelão lacradas de 12 kg, Deverá constar na embalagem dados de identificação, procedência, informações nutricionais, data de validade, quantidade do produto, número de registro no SIF. Validade mínima de 06 meses, a contar da data de entrega. Entregas parceladas nas escolas mediante cronograma do NUMAE (a entrega da área urbana ficará sob responsabilidade do fornecedor e a entrega da área rural sob responsabilidade do NUMAE).o produto deve ser transportado refrigerado.	CAIXA	5.185	R\$:268,12	R\$:1.390.202,20
20	FLOCÃO DE MILHO - Apresentação: Farinha de milho flocada, sem sal, fonte de fibra; Pacotes de 500 g, fardos com 20 pacotes; Boa qualidade; Embalagem selada; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	FARDO	1.191	R\$:41,25	R\$:49.128,75
21	IOGURTE - Produto obtido através de leite reconstituído semidesnatado e/ou leite pasteurizado integral, padronizado em seu conteúdo de gorduras, contendo polpa de frutas no sabor morango ou frutas vermelhas. O iogurte deverá ser				

	isento de contaminação, sujidades e corpos estranhos, não serão permitidas embalagens danificadas. O produto deve ser rotulado de acordo com a lei vigente; com rótulo de identificação e com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; embalagem plástico resistente e atóxico contendo 1000 ml do produto. O produto deve ser mantido e transportado refrigerado. Entregas parceladas no NUMAE, mediante cronograma.	LITRO	10.000	R\$:9,99	R\$: 99.900,00
22	LEITE DE CÔCO , Apresentação: Leite de Côco tradicional (não modificado); Ingredientes: leite de Côco, água, conservadores acidulantes, espessante, estabilizante. Unidades – garrafas PET com 500 ml; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; fardo com 12 unidades; garrafas PET com 500 ml validade mínima de 06 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	FARDO	450	R\$:112,33	R\$:50.548,50
23	LEITE EM PÓ INTEGRAL , Apresentação: Integral; Fonte de cálcio, não modificado (não composto lácteo); Ingrediente: leite integral, em pacotes de 200 g; Fardo com 50 pacotes, boa qualidade; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura / SIF ou SIE e validade impressas nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	FARDO	3.921	R\$:328,40	R\$: 1.287.656,40
24	LEITE EM PÓ INTEGRAL - SEM LACTOSE - Deve ser ISENTA DE LACTOSE em seus ingredientes, rico em vitaminas (A, C, D e E), zinco, ferro e cálcio. Embalagem: sacos de polietileno aluminizados, limpos, não violados, resistentes, deve conter os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. Embalagem: 300 g; fardo com 28 pacotes. O produto deverá apresentar validade mínima de 8 (oito) meses a partir da data de entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	PACOTE	450	R\$:19,37	R\$:8.716,50
25	MACARRÃO - Apresentação: Espaguete, embalagens de 500g, em fardos 20 x 500g, 10 kg; Embalagem selada; Com validade e número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura impressos nos pacotes; Validade mínima de 6 meses	FARDO	2.451	R\$: 98,46	R\$:241.325,46

	após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.				
26	MACARRÃO, ZERO GLÚTEN, MACARRÃO DE ARROZ , sem glúten massa proveniente de arroz e sem misturas de outros tipos de macarrão. Tipo espaguete; embalagens de 500 g; em fardos com 20 pacotes; Embalagem selada; com validade e número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura impressos nos pacotes; validade mínima de 06 meses após entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma no NUMAE.	PACOTE	80	R\$: 5,85	R\$:468,00
27	MACAXEIRA A VÁCUO - Descascada, limpa e embalada a vácuo, congelada, in natura, não estar danificada por qualquer lesão física ou mecânica. Embaladas em sacos plásticos lacrados a vácuo e rotulados de acordo com a legislação brasileira dos produtos congelados. Embalagem de 1 Kg; validade mínima de 30 dias a partir da data de fabricação. O produto deve ser mantido e transportado refrigerado. Entregas parceladas nas escolas mediante cronograma (a entrega da área urbana ficará sob responsabilidade do fornecedor e a entrega da área rural sob responsabilidade do NUMAE).	KG	6.250	R\$:7,77	R\$:48.562,50
28	MARGARINA COM SAL – EMBALAGEM COM 1 KG – Cremosa, composto mínimo de 70% de lipídios, obtida da emulsão de gorduras e óleos alimentares vegetais, enriquecida com vitaminas e outras substâncias permitidas. Aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares, isenta de ranço e de bolores. Forma de apresentação: embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade e quantidade do produto. Devem ser acondicionados em embalagens adequadas às condições previstas de transporte e armazenamento e que confiram ao produto a proteção necessária, não amassadas, não estufadas, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, potes de polipropileno com lacre de papel aluminizado entre a tampa e o pote, com embalagem de 1KG. Necessita de refrigeração. MARCAS DE REFERÊNCIA: Becel, Qualy, Delícia e similares.	KG	80	R\$:10,00	R\$:800,00
29	ÓLEO DE SOJA - Apresentação: Refinado; De soja, tipo 1; Embalagens plásticas com 900 ml, hermeticamente fechadas; Com validade e número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura impressos nas embalagens; Caixa tipo papelão, contendo 20 unidades, validade	CAIXA	680	R\$:191,75	R\$:130.390,00

	mínima de 06 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.				
30	OVO DE GALINHA - Apresentação: Tipo grande; Novos; Casca íntegra, sem rachaduras, sem sujidades, sadios; Em placas internas de papelão que proteja o produto contra quebras; Com embalagem externa em caixa de papelão, contendo 30 dúzias; Com validade e número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura impressos nas embalagens; Validade mínima de 25 dias após a entrega. Entregas parceladas no NUMAE mediante cronograma.	CAIXA	1.410	R\$:357,25	R\$:503.722,50
31	PÃO FRANCÊS TIPO BISNAGUINHA , cada pão deverá ter cerca 20g - pacote industrial de 300g *embalagem deve conter data de fabricação e validade. ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, fermento biológico, água, sal, gordura. * pães queimados, murchos, crus, Ressecados, esfarelados não serão aceitos. Todo o processo de confecção, armazenamento e transporte deverão obedecer os padrões higiênico-sanitários da Vigilância Sanitária.	KG	1.400	R\$:12,85	R\$:17.990,00
32	PÃO TIPO HOT DOG - Apresentação: Tipo hot dog, boa qualidade, 0% gorduras trans; Peso de 50 g por unidade, acondicionados em embalagens plásticas com 500 g (adequadas para este produto), caixa tipo papelão contendo 3 kg, com data de fabricação e prazo de validade visivelmente nas embalagens, em perfeito estado para consumo. Entregas parceladas nas ESCOLAS, mediante cronograma do NUMAE (A entrega de pão da área urbana ficará sob responsabilidade do fornecedor e a entrega da área rural sob responsabilidade do NUMAE).	KG	6.825	R\$:15,69	R\$:107.084,25
33	POLPA DE TOMATE , apresentação: Polpa de tomate simples concentrada; Ingredientes: Tomate e açúcar; Boa qualidade; Embalagens individuais (caixinha) com 260 g fechadas a vácuo; Com validade e número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura impressos nas embalagens; Caixa tipo papelão, contendo 24 unidades, validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	CAIXA	3.555	R\$:59,90	R\$:212.944,50
34	POLPA DE FRUTA PASTEURIZADA , apresentação: Produto pasteurizado e congelado; Sem adição de açúcar, corantes artificiais e aditivos químicos, embalagens de 1kg, resistentes, seladas; Com rótulo de identificação e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 6 meses; Com	KG	34.240	R\$: 13,33	R\$:456.419,20

	número de registro no Ministério da Saúde / Agricultura impressos nos pacotes. Sabor: Acerola. Entregas parceladas nas escolas mediante cronograma. (A entrega da zona urbana ficará sob responsabilidade do fornecedor, e a entrega da zona rural sob responsabilidade do NUMAE).				
35	SAL IODADO - Apresentação: Iodado; Moído; De boa qualidade; Sem apresentar sujidades; Em embalagens de 1 Kg, seladas de fábrica, em fardos de 30 Kg; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos em embalagens. Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	FARDO	87	R\$:29,95	R\$:2.605,65
36	SARDINHA EM CONSERVA - Apresentação: Rica em ômega 3 e fonte de cálcio; Unidade de 125 g em caixas tipo papelão com 50 unidades, peso drenado 84 g, hermeticamente fechadas, sem ferrugem; Embalagem abre fácil, com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 01 ano após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	CAIXA	106	R\$:206,00	R\$:21.836,00
37	VINAGRE , apresentação: De álcool, garrafas com 500 ml, resistentes; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens, validade mínima de 01 ano após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	UNIDADE	5.376	R\$:1,66	R\$:8.924,16
38	XERÉM DE MILHO , apresentação: Grão de milho vermelho com moagem média; De boa qualidade, pacotes selados de 500g, fardos com 20 pacotes; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	PACOTE	18.800	R\$:3,95	R\$:74.260,00
TOTAL				R\$: 10.247.809,96	

7.CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

7.1 As despesas para o presente processo licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Educação.

Unidade Orçamentária: 1001 - Fundo Municipal de Educação;

Dotação: 2018 – Manutenção dos recursos do PNAE;

Elemento de Despesa: 33903000 – Material de Consumo;

Fonte:

1500.0000 - Recursos Próprios não vinculados de impostos;

1550.0000 – *Quotas* do salário educação;

1552.0000 – Transf. Recursos FNDE (PNAE).

8. JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

8.1 Em regra, as contratações em geral com itens ou lotes de valores estimados iguais ou inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta) mil reais devem ser objeto de licitações exclusivas para ME e EPP (cota exclusiva), nos termos do art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006, nesses termos, os lotes discriminados abaixo serão exclusivos para ME e EPP:

ITEM 02. Alho seco;
ITEM 05. Aveia em flocos finos;
ITEM 06. Batata Inglesa;
ITEM 08. Biscoito doce tipo Maria zero lactose;
ITEM 10. Biscoito salgado zero lactose;
ITEM 15. Colorífico;
ITEM 16. Condimento misto;
ITEM 17. Farinha de mandioca;
ITEM 20. Flocão de milho;
ITEM 22. Leite de côco;
ITEM 24. Leite em pó integral sem lactose;
ITEM 26. Macarrão zero glúten;
ITEM 27. Macaxeira a vácuo;
ITEM 28. Margarina;
ITEM 31. Pão francês tipo bisnaguinha;
ITEM 35. Sal iodado;
ITEM 36. Sardinha em conserva;
ITEM 37. Vinagre;
ITEM 38. Xerém de milho.

9. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, REGIME DE EXECUÇÃO E MODO DE DISPUTA

9.1. A licitação será realizada na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para formação de Registro de Preços, nos termos do inciso I do art. 28 e 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de objeto de natureza comum, com especificações padronizadas e plenamente definidas neste Termo de Referência.

9.1.2 O **CRITÉRIO DE JULGAMENTO** será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme inciso I do art. 33 da referida lei.

9.1.3 O regime de execução contratual será o de fornecimento **CONFORME DEMANDA**, nos locais indicados pela Administração, conforme prazos, especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.1.4 O **MODO DE DISPUTA** será o **ABERTO**, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, com apresentação de lances públicos e sucessivos em sessão pública eletrônica, assegurando ampla competitividade entre os licitantes.

10. PROPOSTA

10.1 O prazo de validade das propostas apresentadas pelos licitantes será de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, contados a partir da data limite fixada para o recebimento das propostas, conforme dispõe o art. 17, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2 Esse prazo tem por finalidade assegurar à Administração o tempo necessário para a análise técnica das propostas, a realização de diligências, o julgamento do certame, bem como os atos subsequentes de adjudicação e homologação, garantindo, ainda, que os valores ofertados se

mantenham válidos, exequíveis e compatíveis com o mercado durante toda a tramitação processual.

11. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E REGULARIDADE FISCAL E ECONÔMICA

11.1 Para fins de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista, os licitantes deverão apresentar a documentação exigida nos arts. 67 a 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando, no mínimo, os seguintes documentos:

a) Habilitação jurídica:

- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, com suas alterações subsequentes ou consolidado;
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- No caso de sociedade empresária por ações, ata de eleição de seus administradores;
- Alvará sanitário vigente, emitido pelo órgão competente da vigilância sanitária;
- Apresentação de **certificado de regularidade junto ao MAPA ou Avisa**, conforme a natureza dos produtos fornecidos.
- **Declaração de que os produtos entregues atenderão integralmente às exigências da Resolução FNDE nº 6/2020** (ou norma vigente à época da contratação).

b) Regularidade fiscal e trabalhista:

- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante certidões válidas;
- Certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Certidão de regularidade perante a Seguridade Social (INSS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11.2 A apresentação da documentação poderá ser feita por meio de certidões eletrônicas, extraídas de bases oficiais, inclusive via SICAF ou outros sistemas informatizados de acesso público, conforme regulamentação vigente.

12. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1 Nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, será exigida dos licitantes a comprovação de aptidão técnica compatível com as características, quantidades e prazos da contratação, por meio da apresentação de:

- a) Pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação satisfatória de serviços de fornecimento de gêneros alimentícios;

12.2 Para fins de comprovação da aptidão técnica, será exigida a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica que comprove o fornecimento de quantidade mínima equivalente a **30% do total** do objeto do presente certame, considerando o porte da contratação e a necessidade de garantia de capacidade produtiva da empresa.

12.3 Essa exigência tem por finalidade garantir a capacidade operacional e produtiva da empresa licitante, considerando o porte da contratação, a natureza técnica do objeto e a necessidade de assegurar a regularidade, qualidade e pontualidade na entrega e execução dos serviços.

13. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.1 Nos termos do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração exigirá dos licitantes, para fins de qualificação econômico-financeira, a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de falência e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com validade de até 90 (noventa) dias da abertura do certame ou lapso temporal que a certidão determinar
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos **dois últimos exercícios sociais**, elaborados na forma da lei, assinados por profissional habilitado, com registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), que comprovem a boa situação financeira da empresa, mediante a apresentação dos seguintes **índices mínimos**:
 - **Liquidez Geral (LG) ≥ 1**
 - **Liquidez Corrente (LC) ≥ 1**
 - **Solvência Geral (SG) ≥ 1**
- c) Para empresas constituídas no exercício social da licitação, será admitida a apresentação do **balanço de abertura**, observando os mesmos critérios estabelecidos para os demais licitantes.
- d) Para empresas com menos de dois anos de existência, poderá ser exigida a documentação relativa ao **último exercício social**, desde que respeitada a obrigatoriedade de escrituração contábil conforme cronograma definido pela Receita Federal do Brasil para a entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD), no âmbito do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).
- e) No caso de sociedades anônimas ou companhias obrigadas à publicação das demonstrações contábeis, conforme a Lei nº 6.404/76, deverão ser apresentadas cópias publicadas em Diário Oficial ou jornal de grande circulação, contendo, no mínimo:
 - I – Balanço Patrimonial;
 - II – Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
 - III – Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
 - IV – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
 - V – Notas Explicativas.
- f) Alternativamente à comprovação dos índices contábeis exigidos nas alíneas anteriores, será admitida a habilitação da empresa que, **ainda que apresente um ou mais índices abaixo de 1**, comprove possuir **patrimônio líquido mínimo equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.
- g) Os documentos exigidos neste item poderão ser apresentados por meio do **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, dispensando-se sua apresentação física quando a Administração puder realizar a consulta eletrônica, na forma do art. 17, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

14. DA FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS – SRP

14.1 DO ÓRGÃO GERENCIADOR ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

14.1.1 A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO é o órgão gerenciador e o único participante do presente Registro de Preços;

14.2 PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.2.1 Após a homologação do resultado da licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até **5 (cinco)** dias úteis, contados da partir da sua convocação, prorrogáveis por igual período, mediante solicitação e justificativa, sob pena de decair o direito à contratação.

14.3 DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.3.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, a contar de sua publicação, prorrogável por igual período, mediante comprovação da vantajosidade de preço registrado, nos termos do art. 84 da Lei n.º 14.133/2021, renovando-se também o seu quantitativo, nos termos da Nota Técnica 00003/2024/CNLCA/CGU/AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal.

14.3.2 A Ata de Registro de Preços estará vigente até que se tenha consumido todo o quantitativo registrado, tanto o saldo dos órgãos participantes quanto o saldo disponibilizado para as adesões, ou até o termo final do prazo de sua validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro;

14.3.3 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, mediante justificativa;

14.4 PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES E CONDIÇÕES DE ADESÃO

14.4.1 Será permitida a adesão por órgãos não participantes à Ata de Registro de preços oriunda deste Termo de Referência.

14.4.2 As possíveis solicitações de adesão deverão ser encaminhadas à gerenciadora da ata de registro de preços, por meio do programa Papel Zero constante no site institucional do Município de Paulo Afonso/BA, devendo ser direcionado à Secretaria Municipal de Educação.

14.4.3 Para a estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes serão observados os seguintes limites:

- a. A adesão de cada órgão não poderá exceder a 50 % (cinquenta por cento), dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços;
- b. A soma de todas as adesões à Ata de Registro de Preços, não poderá exceder o dobro do quantitativo registrado.

14.5. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.5.1 A Ata de Registro de Preço poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 82, VI, da Lei n.º 14.133/2021;

14.5.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução ou acréscimo daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados;

14.5.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, podendo convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado ou; liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, caso frustrada a negociação ou; convocar os demais fornecedores registrados visando promover igual oportunidade de negociação, observada a ordem de registro e classificação.

14.6 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA GERENCIADORA DA ATA

14.6.1 As obrigações do órgão gerenciador(a) da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

14.7 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA

14.7.1 As obrigações da detentora da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

15. TERMO DE CONTRATO

15.1 A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão gerenciador, poderá ser formalizada por intermédio de Instrumento Contratual ou outro Instrumento equivalente e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade da aquisição, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante, devendo, como condição para a assinatura, comprovar a manutenção das condições de habilitação;

15.2 A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente e retirada da respectiva Nota de Empenho deverá ser atendida no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto ou prestação do serviço. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração;

15.3 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95, da Lei nº 14.133, de 2021;

15.4 Se o fornecedor convocado não assinar o Termo de Contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, poderão ser convocados os demais fornecedores que tiverem aceitado fornecer os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor dispostos no Cadastro Reserva, na sequência da classificação, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis;

15.5 A recusa injustificada em receber a Nota de Empenho e assinar o Contrato ou seu substituto implicará na inexecução total do compromisso assumido, sujeitando a empresa à aplicação das sanções legalmente estabelecidas;

15.6 Para que seja legalmente admitida a assinatura do contrato ou outro instrumento hábil, a Administração deverá realizar a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários;

15.7 Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial, se aplicável;

15.8 Ao retirar a Nota de Empenho e assinar o instrumento contratual ou seu substituto, a empresa adjudicada obriga-se a entregar os bens, conforme especificações e condições contidas neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos, bem como na proposta apresentada.

Prevalecendo-se, no caso de divergência, as especificações e condições dispostas neste Termo de Referência;

15.9 A contratação tem prazo de vigência de até (12) meses, contados da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Município, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, sendo o prazo de execução prorrogável na forma do art. 107 da Lei n.º 14.133/2021;

15.10 O Contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

16. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

16.1 São obrigações do Contratante:

16.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

16.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

16.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

16.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

16.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

16.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

16.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

16.1.8 Cientificar o órgão responsável para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

16.1.9 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

17.1 São obrigações do Contratada:

17.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

17.1.2 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

17.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);

17.1.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

17.1.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados nos termos do artigo art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021;

17.1.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

17.1.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

17.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

17.1.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

17.1.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

17.1.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

17.1.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

17.1.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

17.1.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

17.1.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

17.1.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

17.1.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

17.1.18 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

17.1.19 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

17.1.20 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

17.1.21 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

17.1.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

18. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

18.1 As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Municipal nº 6.362/2023, bem como, serão dispostas na minuta do contrato, anexo ao Edital deste certame.

18.2 A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará por meio de telefone, e-mail ou pessoalmente, sem prejuízo de outros meios disponíveis. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Educação Av. Apolônio Sales, 1350 - Centro, Paulo Afonso - BA, 48601-200.

18.3 A Gestão da presente contratação ficará a cargo do(a) servidor(a) **PAULO SÉRGIO LIMA**, Assessor Técnico, matrícula Nº 50478626, vinculado(a) à Secretaria Municipal de Educação.

18.4 A Fiscalização da presente contratação ficará a cargo do(a) servidor(a) **THAMIRYS FREITAS BRASIL**, Coordenadora de Alimentação Escolar, matrícula Nº 50.4786-28, vinculado(a) à Secretaria Municipal de Educação, vinculado(a) à Secretaria Municipal de Educação.

18.4.1 A figura do fiscal somente será instituída quando houver a devida formalização do instrumento contratual; inexistindo contrato formal, a atuação administrativa restringir-se-á ao Gerente da Ata, a quem caberá o acompanhamento e a gestão das obrigações assumidas.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO OU CONDIÇÕES PARA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

19.1 Com fundamento no artigo 122 da Lei nº 14.133/2021, será admitida, neste contrato, a subcontratação parcial do objeto, limitada a até **20% (vinte por cento)** do valor total contratado, desde que previamente autorizada pela Administração Pública.

19.2 A contratada deverá, previamente à execução pela subcontratada, submeter à aprovação da Administração a documentação comprobatória da capacidade técnica do subcontratado para a execução das atividades delegadas, consistente, no mínimo, em:

- I – Documentos que demonstrem a qualificação técnica compatível com o objeto a ser subcontratado;
- II – Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista atualizada;
- III – Declaração formal de ciência e concordância do subcontratado quanto às condições contratuais aplicáveis.

19.3 A autorização da subcontratação não estabelece qualquer vínculo jurídico entre o subcontratado e a Administração Pública, sendo a contratada a única responsável pelas obrigações contratuais, trabalhistas, fiscais e previdenciárias relativas aos serviços prestados, inclusive quanto a eventuais vícios, falhas ou danos causados pela execução inadequada da parcela subcontratada.

19.4 O descumprimento das condições estabelecidas para a subcontratação sujeitará a contratada às penalidades previstas no edital, no instrumento contratual e na legislação pertinente, sem prejuízo da responsabilidade civil e administrativa cabível.

20. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO

20.1 O pagamento será feito diretamente pela CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da CONTRATADA, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação da fatura e da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pelo fiscal do CONTRATO.

20.2 A CONTRATADA deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal.

21. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

21.1 As contratações públicas devem considerar, de forma obrigatória, os critérios de sustentabilidade ambiental, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração Pública a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Esse princípio deve estar presente desde as fases iniciais do planejamento da contratação, influenciando diretamente a escolha da solução, a definição do objeto e os critérios de execução contratual. Vejamos:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

21.2 De acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (2024), as contratações que envolvem gêneros alimentícios como os materiais constantes no presente Termo de Referência, devem prever cláusulas e critérios sustentáveis desde a fase de planejamento, passando pela execução contratual e pelo descarte final dos materiais. Essa abordagem contribui para a minimização dos impactos ambientais e reforça o compromisso institucional com o consumo responsável e a economia circular, em especial:

a) Possíveis Impactos Ambientais

- Produção intensiva de alimentos: uso de agrotóxicos, desmatamento e alto consumo de recursos naturais;
- Emissões de CO₂ no transporte e logística: especialmente em longas distâncias ou entregas descentralizadas;
- Geração de resíduos sólidos: principalmente embalagens plásticas e restos de alimentos;
- Desperdício alimentar: vencimento de produtos ou preparo em excesso nas escolas.

b) Medidas Mitigadoras

- Priorização de alimentos orgânicos e sazonais, quando possível;
- Exigência de veículos adequados e higienizados, com rotas otimizadas para reduzir consumo de combustível;
- Preferência por embalagens recicláveis ou reutilizáveis, respeitando as normas sanitárias;
- Controle rigoroso de estoque e validade dos produtos, com apoio do NUMAE;
- Capacitação de manipuladores de alimentos para reduzir perdas no preparo;
- Educação alimentar e ambiental nas escolas, integrando o combate ao desperdício ao currículo;
- Implantação de práticas simples de compostagem de resíduos orgânicos, onde viável.

22. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

22.1 SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

22.1.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura do instrumento contratual serão previstas no Edital do presente certame.

23. SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO

23.1 As penalidades relativas a infrações cometidas no curso da contratação serão devidamente consignadas na minuta do contrato, anexa ao Edital do presente certame.

Paulo Afonso/BA, data na assinatura eletrônica.



NATHAN FERNANDES COSTA DE SA
LICSME
Assinante
*** 644.535-**
Data: 05/03/2026 13:44:31 -03:00

NATHAN FERNANDES COSTA DE SÁ

Auxiliar Técnico
MAT. Nº 504791-15.

ANEXO I – CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 2026.1

SME – Secretaria Municipal de Educação
 NUMAE - Núcleo Municipal de Alimentação Escolar,
 Responsável técnico: Larissa Ferreira da Silva
 CRN-5 13412

DESJEJUM 2026					
SEMANA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
1	BOLO + BEBIDA LÁCTEA (Bolo e bebida láctea)	BISCOITO DE BETERRABA + SUCO DE POLPA (Biscoito de beterraba, polpa de fruta e açúcar)	VITAMINA DE BANANA C/CHOCOLATE + BISCOITO SALGADO (Banana, leite em pó, chocolate, biscoito salgado)	BISCOITO DE LARANJA + BEBIDA LÁCTEA (Biscoito de laranja e bebida láctea)	VITAMINA DE MAMÃO+ MEL + BISCOITO SALGADO+ (Mamão, mel, leite em pó e biscoito doce)
2	BISCOITO DE BETERRABA + SUCO DE POLPA (Biscoito de beterraba, polpa de fruta e açúcar)	BISCOITO DE LARANJA + BEBIDA LÁCTEA (Biscoito de laranja e bebida láctea)	MAMÃO + MAÇA + BANANA + MEL	BOLO + BEBIDA LÁCTEA (Bolo e bebida láctea)	VITAMINA DE BANANA C/CHOCOLATE + BISCOITO SALGADO (Banana, leite em pó, chocolate, biscoito salgado)
3	BISCOITO DE LARANJA + BEBIDA LÁCTEA (Biscoito de laranja e bebida láctea)	VITAMINA DE MAMÃO + BISCOITO DOCE (Mamão, leite em pó e biscoito doce)	BOLO + BEBIDA LÁCTEA (Bolo e bebida láctea)	BISCOITO DE BETERRABA + SUCO DE POLPA (Biscoito de beterraba, polpa de fruta e açúcar)	VITAMINA DE BANANA C/CHOCOLATE + BISCOITO SALGADO (Banana, leite em pó, chocolate, biscoito salgado)
4	BOLO + BEBIDA LÁCTEA (Bolo e bebida láctea)	BISCOITO DE BETERRABA + SUCO DE POLPA (Biscoito de beterraba, polpa de fruta e açúcar)	VITAMINA DE MAMÃO + BISCOITO DOCE (Mamão, leite em pó e biscoito doce)	BISCOITO DE LARANJA + BEBIDA LÁCTEA (Biscoito de laranja e bebida láctea)	VITAMINA DE BANANA C/CHOCOLATE + BISCOITO SALGADO (Banana, leite em pó, chocolate, biscoito salgado)

EJA - NOTURNO URBANO/ RURAL - MÊS 1					
SEMANA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA

1	RISOTO DE TOMATE COM CARNE MOÍDA+ QUIABO +SUCO DE POLPA (arroz, tomate, quiabo, polpa de tomate, carne moída, pimentão, cominho, colorífico, alho, cebola, coentro, sal, óleo, polpa de fruta e açúcar)	CARNE DE SOL ACEBOLADA + ARROZ + FEIJÃO+ COUVE FLOR+ ALFACE+ REPOLHO (carne de sol, cebola, couve flor, alface, repolho, arroz, feijão, alho, cominho, colorífico, pimentão, sal e óleo)	MACARRÃO DE PANELA DE PRESSÃO + CARNE MOÍDA + MELANCIA (macarrão, polpa de tomate, leite em pó, carne moída, cebola, alho, sal, coentro, pimentão, tomate e óleo e melancia)	CUSCUZ + FRANGO COZIDO C/LEGUMES + CAFÉ C/LEITE (cuscuz, frango, abóbora, cenoura, cebola, alho, sal, óleo, pimentão, coentro, tomate, café, leite em pó e açúcar)	RUBACÃO COM ISCA DE FÍGADO + QUIABO+ LARANJA (feijão, arroz, fígado, cebola, alho, sal, óleo, pimentão, coentro e tomate e laranja)
	SOPA DE FEIJÃO + CARNE MÓIDA + CAFÉ C/LEITE (batata inglesa, cenoura, feijão, tomate, cebola, alho, sal, óleo, pimentão, coentro, café, leite em pó e açúcar)	ARROZ + PURÊ DE ABÓBORA + ISCA DE FRANGO (arroz, tomate, cebola, alho, sal, óleo, pimentão, coentro, peito de frango, jerimum)	CUSCUZ COM FÍGADO AO MOLHO + SUCO DE POLPA (cuscuz, fígado, tomate, cebola, alho, sal, óleo, pimentão, coentro, molho de tomate)	ARROZ DE LEITE COM FILÉ DE TILÁPIA + MELANCIA (Arroz, leite em pó, filé de tilápia+ melancia, cebola, alho, sal, óleo e abacaxi)	MACARRÃO COM CARNE MOÍDA + MELÃO (macarrão, carne moída, polpa de tomate, tomate, cebola, alho, sal, óleo, cominho, colorífico, pimentão e coentro e melão)
3	CANJA + LARANJA (arroz, frango, cebola, alho, óleo, tomate, pimentão, cenoura, batata inglesa, abóbora, coentro e laranja)	RUBACÃO COM ISCA DE FÍGADO + CAFÉ C/LEITE (feijão, arroz, fígado, cebola, alho, sal, óleo, pimentão, coentro, tomate, café, leite em pó e açúcar)	RISOTO DE TOMATE COM CARNE MOÍDA + MELANCIA + REPOLHO+ COUVE FLOR+ REPOLHO (arroz, tomate, molho de tomate, carne moída, pimentão, alho, cebola, coentro, sal e óleo e melancia)	CARNE DE SOL+ FEIJÃO VERDE+ ACEBOLADA + ARROZ +FEIJÃO + SUCO DE POLPA + QUIABO (carne de sol, feijão verde, cebola, arroz, feijão, alho, quiabo, pimentão, sal, óleo, polpa de fruta e açúcar)	ARROZ + PURÊ DE BATATA INGLESA + ISCA TILÁPIA (Arroz, batata inglesa, filé de tilápia, tomate, cebola, leite em pó, alho, óleo, sal)

4	FEIJÃO, ARROZ E FRANGO COZIDO (Arroz, feijão, peito de frango, cebola, alho, condimento misto, calorífero, batata, inglesa, cenoura, jerimum)	CUSCUZ TEMPERADO COM OVO + CAFÉ C/LEITE + GOIABA (cuscuz, ovo, cebola, alho, sal, óleo, pimentão, coentro, tomate, café, leite em pó e açúcar)	ARROZ + PURÊ DE BATATA INGLESA + ISCA DE TILÁPIA (Arroz, filé de tilápia, batata inglesa, tomate, cebola, alho, sal, óleo, pimentão, coentro, calorífero, tempero misto)	RUBACÃO COM CARNE DE SOL + MELÃO (feijão, arroz, carne de sol, cebola, alho, sal, óleo, colorífico, cominho, pimentão, coentro e tomate e melão)	CANJA + SUCO DE POLPA (arroz, frango, cebola, alho, óleo, tomate, pimentão, cenoura, batata inglesa, abóbora, coentro, polpa de fruta e açúcar)
5	MACARRÃO DE PANELA DE PRESSÃO + CARNE MOÍDA + SUCO DE POLPA (macarrão, molho de tomate, leite em pó, carne moída, cebola, alho, sal, coentro, pimentão, tomate, óleo, polpa de fruta, açúcar)	CANJA + LARANJA (arroz, frango, cebola, alho, óleo, tomate, pimentão, cenoura, batata inglesa, abóbora, coentro e laranja)	RUBACÃO COM CARNE DE SOL (feijão, arroz, carne de sol, cebola, alho, sal, óleo, pimentão, colorífico, cominho, coentro e tomate)	CUSCUZ + FRANGO COZIDO C/LEGUMES + CAFÉ C/LEITE (cuscuz, frango, abóbora, cenoura, cebola, alho, sal, óleo, pimentão, coentro, tomate, café, leite em pó e açúcar)	CARNE DE SOL ACEBOLADA + ARROZ + FEIJÃO + GOIABA (carne de sol, cebola, arroz, feijão, alho, pimentão, sal e óleo e goiaba)

PARCIAL VESPERTINO/ RURAL - MÊS 1					
SEMANA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
1	PÃO COM OVO + CHOCOLATE QUENTE (Pão, ovo, chocolate, leite em pó, amido de milho, sal e óleo)	CARNE DE SOL ACEBOLADA + CUSCUZ + BANANA (carne de sol, cebola, cuscuz, sal, cominho, colorífico, coentro, banana e óleo)	MACARRÃO DE PANELA DE PRESSÃO + TILÁPIA + SUCO DE POLPA (macarrão, polpa de tomate, leite em pó, tilápia, cebola, alho, sal, coentro, pimentão, tomate, óleo, polpa de fruta e açúcar)	ARROZ DE LEITE COM CARNE DE SOL + MELANCIA (Arroz, leite em pó, melancia, carne de sol, sal, cebola, óleo, goiaba e alho)	XERÉM COM GALINHA E LEGUMES COZIDOS (Xerém, frango, tomate, cebola, alho, alface, pimentão, batata inglesa, abóbora, beterraba, sal, condimento misto, colorífico, polpa de tomate e óleo)

2	CUSCUZ COM OVO + CHOCOLATE QUENTE (Cuscuz, ovo, chocolate, leite em pó, amido de milho, sal e óleo)	ARROZ DE LEITE COM CARNE DE SOL ACEBOLADA + BANANA (Arroz, leite em pó, carne de sol, sal, cebola, óleo, banana e alho)	XERÉM COM GALINHA E LEGUMES COZIDOS + LARANJA (Xerém, frango, tomate, cebola, alho, pimentão, batata inglesa, abobora, beterraba, sal, condimento misto, colorífico, laranja, polpa de tomate e óleo)	CARNE DE SOL ACEBOLADA + CUSCUZ + SUCO DE POLPA (carne de sol, cebola, cuscuz, sal, cominho, colorífico, coentro e óleo, polpa de fruta, açúcar)	ISCA DE FRANGO + ARROZ C/CENOURA + PURÊ DE BATATA INGLESA + QUIABO (arroz, feijão, frango, cenoura, batata inglesa, leite em pó, cebola, coentro, alho, quiabo, sal, óleo, pimentão, cominho e colorífico)
	CUSCUZ TEMPERADO C/ OVO + SUCO DE POLPA (Cuscuz, ovo, tomate, cebola, pimentão, polpa de fruta, açúcar, sal e óleo)	XERÉM COM GALINHA E LEGUMES COZIDOS (Xerém, frango, tomate, cebola, alho, milho, pimentão, batata inglesa, abobora, beterraba, sal, condimento misto, colorífico, polpa de tomate e óleo)	ARROZ DE LEITE COM CARNE DE SOL + MELANCIA (Arroz, leite em pó, carne de sol, sal, cebola, melão, melancia, óleo e alho)	ISCA DE FRANGO + FEIJÃO VERDE + ARROZ C/CENOURA + PURÊ DE ABOBORA + QUIABO (arroz, feijão verde, quiabo, frango, cenoura, abobora, leite em pó, cebola, coentro, alho, sal, óleo, pimentão, cominho e colorífico)	MACARRÃO DE PANELA DE PRESSÃO + CARNE MOÍDA + ABACAXI (macarrão, polpa de tomate, leite em pó, carne moída, cebola, alho, sal, coentro, pimentão, abacaxi, tomate, óleo)
	PÃO COM OVO + CHOCOLATE QUENTE (Pão, ovo, chocolate, leite em pó, amido de milho, sal e óleo)	ISCA DE FRANGO + ARROZ C/CENOURA + PURÊ DE ABOBORA + QUIABO + REPOLHO + ALFACE + REPOLHO REFOGADO GOIABA (arroz, feijão, frango, cenoura, abobora, leite em pó, cebola, coentro, alho, sal, óleo, pimentão,	CARNE DE SOL ACEBOLADA + CUSCUZ + SUCO DE POLPA (carne de sol, cebola, cuscuz, sal, cominho, colorífico, coentro e óleo, polpa de fruta, açúcar)	XERÉM COM GALINHA E LEGUMES COZIDOS + ABACAXI (Xerem, frango, tomate, cebola, alho, pimentão, batata inglesa, abobora, beterraba, sal, condimento misto, colorífico, polpa de tomate, abacaxi e óleo)	MACARRÃO DE PANELA DE PRESSÃO + CARNE MOÍDA (macarrão, polpa de tomate, leite em pó, carne moída, cebola, alho, sal, coentro, pimentão, tomate, óleo)

5		cominho, goiaba e colorífico)			
	CUSCUZ TEMPERADO C/ OVO + SUCO DE POLPA (Cuscuz, ovo, tomate, cebola, pimentão, polpa de fruta, açúcar, sal e óleo)	XERÉM COM GALINHA E LEGUMES COZIDOS (Xerém, frango, tomate, cebola, alho, pimentão, batata inglesa, abobora, couve-flor, repolho, beterraba, sal, condimento misto, colorífico, polpa de tomate e óleo)	CARNE DE SOL ACEBOLADA + CUSCUZ (carne de sol, cebola, cuscuz, sal, cominho, colorífico, coentro e óleo)	ISCA DE FRANGO + FEIJÃO + ARROZ C/CENOURA + PURÊ DE ABOBORA+ QUIABADA (arroz, feijão, frango, quiabo, cenoura, abobora, leite em pó, cebola, coentro, alho, sal, óleo, pimentão, cominho e colorífico)	MACARRÃO DE PANELA DE PRESSÃO + CARNE MOÍDA (macarrão, polpa de tomate, leite em pó, carne moída, cebola, alho, sal, coentro, pimentão, tomate, óleo)

INTEGRAL - MÊS 1					
SEMANA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
1	RISOTO DE TOMATE COM CARNE MOÍDA + SUCO DE POLPA (arroz, tomate, polpa de tomate, carne moída, pimentão, alho, cebola, coentro, sal, óleo, polpa de fruta e açúcar)	FRANGO AO MOLHO + ARROZ + FEIJÃO (peito de frango, cebola, arroz, feijão, cenoura, alho, vinagre, tomate, molho de tomate, pimentão, sal e óleo)	MACARRÃO DE PANELA DE PRESSÃO + CARNE MOÍDA + SUCO DE POLPA (macarrão, polpa de tomate, leite em pó, carne moída, cebola, alho, sal, coentro, pimentão,	ARROZ DE LEITE COM CARNE DE SOL (Arroz, leite em pó, carne de sol, sal, cebola, óleo e alho)	RUBACÃO COM ISCA DE FÍGADO + FEIJÃO VERDE + QUIABO + ALFACE + MELANCIA (feijão verde, alface, quiabo, alface, arroz, fígado, melancia, cebola, alho, sal, óleo, pimentão, coentro, tomate, polpa de fruta e açúcar)

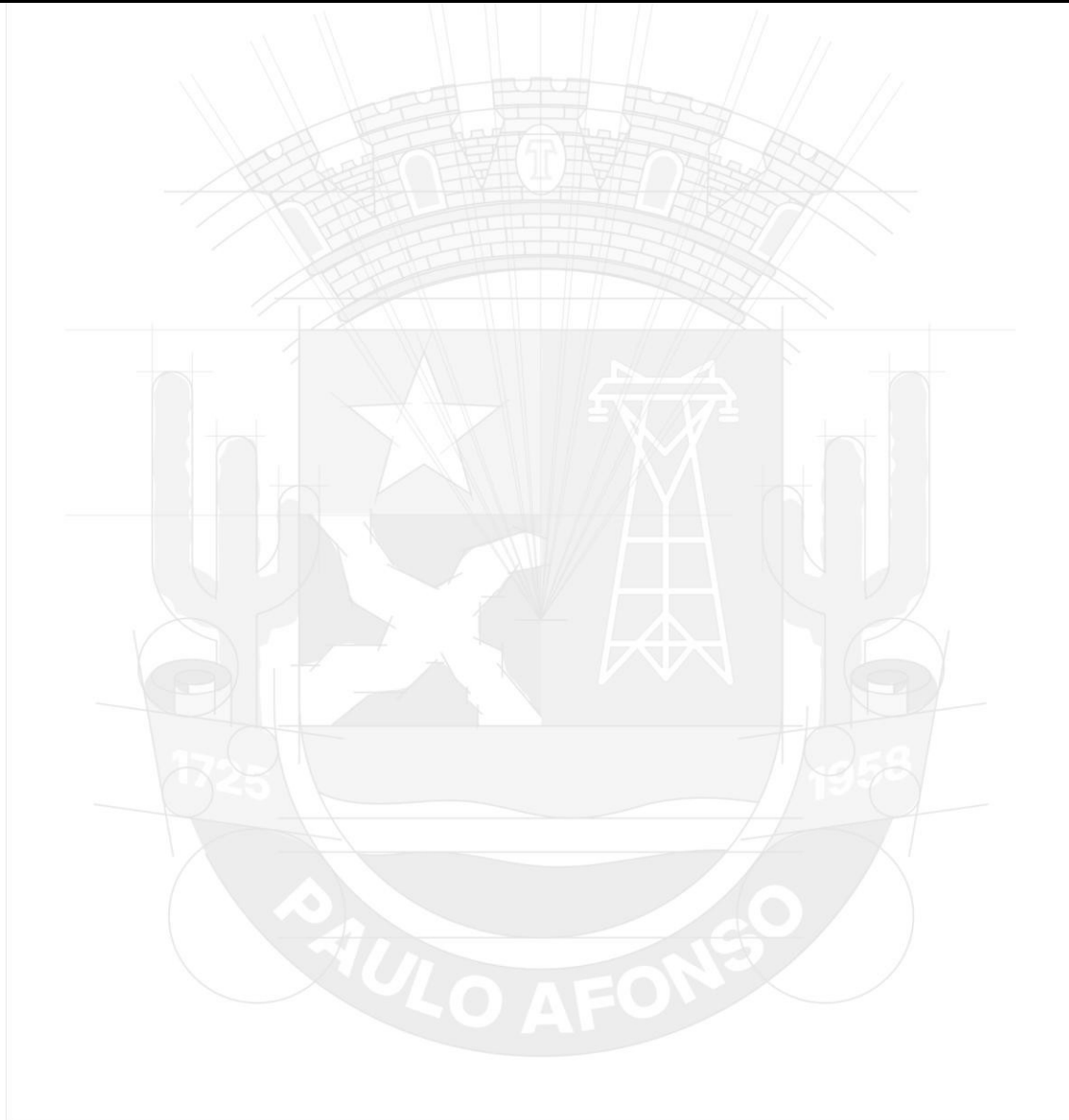
2			tomate, óleo, polpa de fruta e açúcar)		
	FEIJÃO + ARROZ + CARNE DE SOL (feijão, arroz, carne de sol, tomate, cebola, alho, sal, óleo, pimentão, coentro, cominho e colorífico)	ARROZ + PURÊ DE ABÓBORA + ISCA DE FRANGO + SUCO DE POLPA + ALFACE+ COUVE FLOR+ REPOLHO (arroz, tomate, cebola, alface, couve flor, repolho, alho, sal, óleo, pimentão, vinagre, abóbora, coentro, polpa de fruta e açúcar)	FEIJÃO + FAROFA DE CUSCUZ + CARNE DE SOL (feijão, flocos de milho, carne de sol, tomate, cebola, alho, sal, óleo, pimentão e coentro)	MACARRÃO DE PANELA DE PRESSÃO + CARNE MOÍDA + SUCO DE POLPA (macarrão, polpa de tomate, leite em pó, carne moída, cebola, alho, sal, coentro, pimentão, tomate, óleo, polpa de fruta e açúcar)	ISCA DE TILÁPIA + ARROZ C/CENOURA + FEIJÃO (arroz, feijão, filé de tilápia, cenoura, tomate, cebola, coentro, alho, sal, óleo, pimentão, cominho e colorífico)
	ARROZ COM PURÊ DE LEGUMES + ISCA DE FÍGADO + SUCO DE POLA (Arroz, fígado, alho, sal, cebola, coentro, colorífico, condimento misto, leite em pó, batata inglesa, cenoura, polpa de fruta e açúcar).	ISCA DE TILÁPIA + ARROZ C/CENOURA + FEIJÃO+ REPOLHO, COUVE-FLOR, ALFACE (arroz, feijão, filé de tilápia, repolho, couve-flor, alface, cenoura, tomate, cebola, coentro, alho, sal, óleo,	RISOTO DE TOMATE COM CARNE MOÍDA + SUCO DE POLPA (arroz, tomate, polpa de tomate, carne moída, pimentão, alho, cebola, coentro, sal, óleo, polpa de fruta e açúcar)	CARNE DE SOL ACEBOLADA + ARROZ +FEIJÃO (carne de sol, cebola, arroz, feijão, alho, pimentão, sal, cominho, colorífico, coentro e óleo)	ARROZ + PURÊ DE BATATA INGLESA + ISCA DE FRANGO + SUCO DE POLPA (arroz, frango, batata inglesa, leite em pó, cebola, tomate, alho, coentro, cominho, colorífico, sal, óleo, polpa de fruta e açúcar)

4		pimentão, cominho e colorífico)				
	CARNE DE SOL ACEBOLADA + ARROZ + FEIJÃO (carne de sol, cebola, arroz, feijão, alho, pimentão, sal, cominho, colorífico, coentro e óleo)	ARROZ + ISCA DE FRANGO COM CREME DE LEGUMES + SUCO DE POLPA (Arroz, frango, batata inglesa, cenoura, leite em pó, pimentão, alho, couve-flor, cebola, alho, sal, coentro, colorífico, cominho, vinagre, polpa de fruta e açúcar)	FEIJÃO + FAROFA DE CUSCUZ + FÍGADO AO MOLHO (feijão, flocos de milho, fígado, polpa de tomate, tomate, cebola, alho, sal, óleo, coentro, cominho e colorífico)	ISCA DE TILÁPIA + ARROZ C/CENOURA + FEIJÃO + LARANJA (arroz, feijão, filé de tilápia, cenoura, tomate, laranja, cebola, coentro, alho, sal, óleo, pimentão, cominho, colorífico, polpa de fruta e açúcar)	MACARRÃO DE PANELA DE PRESSÃO + CARNE MOÍDA (macarrão, polpa de tomate, leite em pó, carne moída, cebola, alho, sal, coentro, pimentão, tomate e óleo)	
	FRANGO AO MOLHO + ARROZ + FEIJÃO (peito de frango, cebola, arroz, feijão, cenoura, alho, vinagre, tomate, molho de tomate, pimentão, sal e óleo)	MACARRÃO COM CARNE MOÍDA (macarrão, carne moída, polpa de tomate, tomate, cebola, alho, sal, óleo, pimentão e coentro)	ARROZ + ISCA DE FRANGO COM CREME DE LEGUMES (Arroz, frango, batata inglesa, cenoura, pimentão, alho, cebola, óleo, quiabo, sal, coentro, corolífero, condimento misto)	CARNE DE SOL ACEBOLADA + ARROZ + FEIJÃO (carne de sol, cebola, arroz, feijão, alho, pimentão, as, colorífico, condimento misto e óleo)	ISCA DE TILÁPIA + ARROZ C/CENOURA + FEIJÃO (arroz, feijão, filé de tilápia, cenoura, tomate, cebola, coentro, alho, sal, óleo, pimentão, cominho e colorífico)	

ANEXO II – CARDÁPIO DESEJUM

DESEJUM 2026					
SEMANA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
1	BOLO + BEBIDA LÁCTEA (Bolo e bebida lactea)	BISCOITO DE BETERRABA + SUCO DE POLPA (Biscoito de beterraba, polpa de fruta e açúcar)	VITAMINA DE BANANA C/CHOCOLATE + BISCOITO SALGADO (Banana, leite em pó, chocolate, biscoito salgado)	BISCOITO DE LARANJA + BEBIDA LÁCTEA (Biscoito de laranja e bebida lactea)	VITAMINA DE MAMÃO + BISCOITO DOCE (Mamão, leite em pó e biscoito doce)
2	BISCOITO DE BETERRABA + SUCO DE POLPA (Biscoito de beterraba, polpa de fruta e açúcar)	BISCOITO DE LARANJA + BEBIDA LÁCTEA (Biscoito de laranja e bebida lactea)	VITAMINA DE MAMÃO + BISCOITO DOCE (Mamão, leite em pó e biscoito doce)	BOLO + BEBIDA LÁCTEA (Bolo e bebida lactea)	VITAMINA DE BANANA C/CHOCOLATE + BISCOITO SALGADO (Banana, leite em pó, chocolate, biscoito salgado)
3	BISCOITO DE LARANJA + BEBIDA LÁCTEA (Biscoito de laranja e bebida lactea)	VITAMINA DE MAMÃO + BISCOITO DOCE (Mamão, leite em pó e biscoito doce)	BOLO + BEBIDA LÁCTEA (Bolo e bebida lactea)	BISCOITO DE BETERRABA + SUCO DE POLPA (Biscoito de beterraba, polpa de fruta e açúcar)	VITAMINA DE BANANA C/CHOCOLATE + BISCOITO SALGADO (Banana, leite em pó, chocolate, biscoito salgado)

4	BOLO + BEBIDA LÁCTEA (Bolo e bebida lactea)	BISCOITO DE BETERRABA + SUCO DE POLPA (Biscoito de beterraba, polpa de fruta e açucar)	VITAMINA DE MAMÃO + BISCOITO DOCE (Mamão, leite em pó e biscoito doce)	BISCOITO DE LARANJA + BEBIDA LACTEA (Biscoito de laranja e bebida lactea)	VITAMINA DE BANANA C/CHOCOLAT E + BISCOITO SALGADO (Banana, leite em pó, chocolate, biscoito salgado)
---	--	---	--	---	---





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - NUMAE
Rua da Vitória, 25 - Alves de Souza - CHESF – Fone: (75) 3281-2226

Paulo Afonso, 24 de fevereiro de 2026

AQUISIÇÃO /2026 DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR – Ensino Fundamental, Infantil, EJA e AEE.

TEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO COMPASNET	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1	Chocolate em pó , solúvel, 55% cacau, obtido a partir do cacau em pó e açúcar, ideal para bebidas, sem lactose, o produto deve ser isento de umidade, materiais estranhos, toxinas, parasitos, insetos e larvas, apresentando cor, odor e sabor característicos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade de produto; Em caixa contendo 24 caixas de 200 g; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	463547	CAIXA	3.300
2	Açúcar cristal , apresentação: Cristal, peneirado, com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade visíveis nas embalagens; Embalagens de 1 Kg, seladas de fábrica, embalagem de 30 Kg; Validade mínima de 8 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	463988	FARDO	800
3	Alho seco , apresentação: Nº4, seco, limpo, sadio, boa qualidade, em caixas tipo papelão de 10 Kg. Com data de validade mínima de 90 dias exposto na caixa. Entregas parceladas no NUMAE mediante cronograma.	461695	CAIXA	211
4	Amido de milho , produto amiláceo extraído do milho. Embalagem fechada a vácuo de 500 g; de boa qualidade; caixa contendo 40 unidades, com validade e número de registro no Ministério da Saúde / Agricultura impressos nas embalagens; validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	467050	CAIXA	200
5	Arroz parboilizado , apresentação: Tipo 1; Longo fino; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade visíveis nas embalagens; Embalagens seladas de 1 kg, em fardos de 30 Kg; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	458908	FARDO	682
6	Aveia em flocos finos , apresentação: Flocos finos, em embalagens de 200 g, seladas de fábrica, boa qualidade, caixa contendo 12 unidades, com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 10 meses após a entrega. Entregas parceladas no NUMAE, mediante cronograma do NUMAE	460501	CAIXA	900

TEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO COMPRASNET	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
7	Biscoito doce tipo Maria , apresentação: Sabor tradicional, novo, consistência crocante; 0% gorduras trans, pacotes com 350g, embalagem dupla e em caixas de papelão contendo 20 pacotes; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	232144	CAIXA	5.114
8	Biscoito doce – tipo Maria zero lactose , sabor tradicional, novo, consistência crocante; 0% gorduras trans; INSENTO DE LACTOSE, pacotes com 350g, embalagem dupla e em caixas de papelão contendo 20 pacotes; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; validade mínima de 08 (oito) meses a partir da data de entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	456469	CAIXA	2
9	Biscoito salgado , apresentação: Tipo Cream Cracker, novo, consistência crocante; 0% gorduras trans, pacotes com 350 g, embalagem dupla e em caixas de papelão contendo 20 pacotes; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após a entregano NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	235092	CAIXA	7.128
10	Biscoito salgado – zero lactose , tipo Cream Cracker, novo, consistência crocante; 0% gorduras trans; INSENTO DE LACTOSE, pacotes com 350g, embalagem dupla e em caixas de papelão contendo 20 pacotes; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; validade mínima de 08 (oito) meses a partir da data de entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	456468	CAIXA	2
11	Café em pó , moído e torrado (tradicional, com torração e moagem média), com selo de pureza expedido pela ABIC; número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Embalagem individual : pacote tipo almofada aluminizada com 250 g cada; em caixas/fardos com 20 unidades; Validade mínima de 06 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas.	463574	FARDO	1.528
12	Carne bovina moída , apresentação: Produto congelado; Pacotes embalados a vácuo de 500 g, com baixa taxa de gordura; Cor, cheiro e sabor próprios, isenta de manchas esverdeadas e arroxeadas, cartilagem e aponevrose. Caixa tipo papelão contendo 20 pacotes. Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura / SIF ou SIE e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após a entrega. Entregas parceladas nas escolas mediante cronograma do NUMAE (A entrega da área urbana ficará sob responsabilidade do fornecedor e a entrega da área rural sob responsabilidade no NUMAE). O produto deve ser transportado refrigerado.	451059	CAIXA	4.409

TEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO COMPRASNET	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
13	Colorífico , apresentação: Produto constituído de mistura de fubá de milho com urucum em pó, fino, de coloração avermelhada; Não deverá apresentar sujidades, matérias estranhas, bolor ou parasitos. Isento de glúten e sal. Embalagens de 100 g, seladas de fábrica; Fardos de 10 Kg; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	463937	FARDO	145
14	Condimento misto , apresentação: Composto por fubá de milho, cominho, pimenta do reino; Isento de glúten e sal, embalagens de 100 g, seladas de fábrica; Fardos de 10 Kg; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	463919	FARDO	145
15	Farinha de mandioca , Tipo 1; seca; nova, safra 2021/2022, branca; fina; em quilo seladas de fábrica de 1 kg; fardos contendo 30 kg, com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; válida de mínima de 08 meses após a entrega. Entregas parceladas mediante cronograma do NUMAE	458920	FARDO	156
16	Fígado bovino , produto congelado; Sem excessos de gorduras, sem cartilagens e aponevroses, firme, não pegajoso, isento de manchas esverdeadas ou arroxeadas, limpo, novo; Embalagens de 2 Kg, registro no Ministério da Saúde/Agricultura, nº do SIF e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses a contar da data da entrega. Entregas parceladas mediante cronograma do NUMAE. <u>O produto deve ser transportado refrigerado.</u>	617378	PACOTE	4.914
17	Filé de peito de frango , apresentação: Cortes congelados de frango (filé de peito), sem osso, sem pele, não amolecido, cor própria e sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem primária em bandeias de isopor de 1 Kg, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo; embalagem secundária acondicionadas em caixas de papelão lacradas de 12 kg, Deverá constar na embalagem dados de identificação, procedência, informações nutricionais, data de validade, quantidade do produto, número de registro no SIF. Validade mínima de 06 meses, a contar da data de entrega. Entregas parceladas nas escolas mediante cronograma do NUMAE (a entrega da área urbana ficará sob responsabilidade do fornecedor e a entrega da área rural sob responsabilidade do NUMAE).o produto deve ser transportado refrigerado.	447547	CAIXA	4.563
18	Flocão de milho , apresentação: Farinha de milho flocada, sem sal, fonte de fibra; Pacotes de 500 g, fardos com 20 pacotes; Boa qualidade; Embalagem selada; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	459017	FARDO	925

TEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO COMPRASNET	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
19	Leite de côco , apresentação: Leite de côco tradicional (não modificado); Ingredientes: leite de côco, água, conservadores acidulantes, espessante, estabilizante . Unidades – garrafas PET com SOO ml ; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; fardo com 12 unidades; validade mínima de 06 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma	464012	FARDO	450
20	Leite em pó integral , apresentação: Integral; Fonte de cálcio, não modificado (não composto lácteo); Ingrediente: leite integral, em pacotes de 200 g; Fardo com 50 pacotes, boa qualidade; Com número de registro no Ministério da Saúde/ Agricultura / SIF ou SIE e validade impressas nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	459637	FARDO	3.471
21	Leite em Pó Integral - sem lactose - Deve ser ISENTO DE LACTOSE em seus ingredientes, rico em vitaminas (A, C, D e E), ferro e cálcio. Embalagem : sacos de polietileno aluminizados, limpos, não violados, resistentes, deve conter os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. Embalagem : 300 g; fardo com 28 pacotes. O produto deverá apresentar validade mínima de 8 (oito) meses a partir da data de entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	447375	FARDO	16
22	Macarrão , apresentação: Espaguete, embalagens de 500g, em fardos 20 x 500g, 10 kg; Embalagem selada; Com validade e número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura impressos nos pacotes; Validade mínima de 6 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	458951	FARDO	2.291
23	Macarrão, zero glúten, macarrão de arroz , sem glúten massa proveniente de arroz e sem misturas de outros tipos de macarrão. Tipo espaguete; embalagens de 500 g; em fardos com 20 pacotes; Embalagem selada; com validade e número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura impressos nos pacotes; validade mínima de 06 meses após entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma no NUMAE.	480340	FARDO	4

TEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO COMPRASNET	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
24	Macaxeira a vácuo , descascada, limpa e embalada a vácuo, congelada, in natura, não estar danificada por qualquer lesão física ou mecânica. Embaladas em sacos plásticos lacrados a vácuo e rotulados de acordo com a legislação brasileira dos produtos congelados. Embalagem de 1 Kg; validade mínima de 30 dias a partir da data de fabricação. O produto deve ser mantido e transportado refrigerado. Entregas parceladas nas escolas mediante cronograma (a entrega da área urbana ficará sob responsabilidade do fornecedor e a entrega da área rural sob responsabilidade do NUMAE).	135014	KG	5.150
25	Óleo de soja , apresentação: Refinado; De soja, tipo 1; Embalagens plásticas com 900 ml, hermeticamente fechadas; Com validade e número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura impressos nas embalagens; Caixa tipo papelão, contendo 20 unidades, validade mínima de 06 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	463692	CAIXA	623
26	Ovo de galinha , apresentação: Tipo grande; Novos; Casca íntegra, sem rachaduras, sem sujidades, sadios; Em placas internas de papelão que proteja o produto contra quebras; Com embalagem externa em caixa de papelão, contendo 30 dúzias; Com validade e número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura impressos nas embalagens; Validade mínima de 25 dias após a entrega. Entregas parceladas no NUMAE mediante cronograma.	446618	CAIXA	1.160
27	Pão tipo hot dog , apresentação: Tipo hot dog, boa qualidade, 0% gorduras trans; Peso de 50 g por unidade, acondicionados em embalagens plásticas com 500 g (adequadas para este produto), caixa tipo papelão contendo 3 kg, com data de fabricação e prazo de validade visivelmente nas embalagens, em perfeito estado para consumo. Entregas parceladas nas ESCOLAS, mediante cronograma do NUMAE (A entrega de pão da área urbana ficará sob responsabilidade do fornecedor e a entrega da área rural sob responsabilidade do NUMAE).	471958	KG	6.824
28	Polpa de fruta pasteurizada , apresentação: Produto pasteurizado e congelado; Sem adição de açúcar, corantes artificiais e aditivos químicos, embalagens de 1kg, resistentes, seladas; Com rótulo de identificação e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 6 meses; Com número de registro no Ministério da Saúde / Agricultura impressos nos pacotes. Sabor: Acerola. Entregas parceladas nas escolas mediante cronograma. (A entrega da zona urbana ficará sob responsabilidade do fornecedor, e a entrega da zona rural sob responsabilidade do NUMAE).	464484	KG	32.461

TEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO COMPRASNET	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
29	Polpa de tomate , apresentação: Polpa de tomate simples concentrada; Ingredientes: Tomate e açúcar; Boa qualidade; Embalagens individuais (caixinha) com 260 g fechadas a vácuo; Com validade e número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura impressos nas embalagens; Caixa tipo papelão, contendo 24 unidades, validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	459672	CAIXA	3.154
30	Sal iodado , apresentação: Iodado; Moído; De boa qualidade; Sem apresentar sujidades; Em embalagens de 1 Kg, seladas de fábrica, em fardos de 30 Kg; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos em embalagens. Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	448219	FARDO	77
31	Vinagre , apresentação: De álcool, garrafas com 500 ml, resistentes; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Fardos com 12 unidades, validade mínima de 01 ano após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	9032	FARDO	360
32	Batata inglesa , Produto fresco, com odor agradável; Coloração característica; Consistência firme; Sem machucados e perfurações; Graúdas; Sem brotos expostos, em sacos de 50 Kg, de boa qualidade; Limpas. Entregas parceladas no NUMAE, mediante cronograma.	463754	SACO	68
33	Margarina com sal – embalagem com 1 Kg – Cremosa, composto mínimo de 70% de lipídios, obtida da emulsão de gorduras e óleos alimentares vegetais, enriquecida com vitaminas e outras substâncias permitidas. Aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares, isenta de ranço e de bolores. Forma de apresentação: embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade e quantidade do produto. Devem ser acondicionados em embalagens adequadas às condições previstas de transporte e armazenamento e que confirmem ao produto a proteção necessária, não amassadas, não estufadas, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, potes de polipropileno com lacre de papel aluminizado entre a tampa e o pote, com embalagem de 1KG. Necessita de refrigeração. MARCAS DE REFERÊNCIA: Becel, Qualy, Delícia e similares.	463699	KG	79
34	Carne Salgada Resfriada de Bovino sem Osso tipo Coxão Mole . Especificações: carne bovina de 1ª, tipo coxão mole salgada resfriada, em embalagens impermeável e amplamente protegida, rotuladas, contendo os carimbos do S.I.F, S.I.E ou S.I.M com identificação do produto. Deverá apresentar cor, odor e sabor característico de produto adequado ao consumo humano. O transporte deverá ser realizado em veículo adequado, limpo e em temperatura ideal para sua conservação. Fornecer em embalagens de 1Kg. Produto com prazo de validade: 12 meses a contar da data de fabricação e 6 meses a partir do recebimento.	451065	KG	18.226

35	Xerém de milho , apresentação: Grão de milho vermelho com moagem média; De boa qualidade, pacotes selados de 500g, fardos com 20 pacotes; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	459072	FARDO	847
----	---	--------	-------	-----

¹ A presente distribuição tem o escopo apenas de informar, não leva em consideração arredondamentos e reserva técnica. Os quantitativos exatos constam no corpo do Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - NUMAE
Rua da Vitória, 25 - Alves de Souza - CHESF – Fone: (75) 3281-2226

Paulo Afonso, 24 de fevereiro de 2026

AQUISIÇÃO /2026 DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR – CRECHES.

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO COMPRASNET	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1	Chocolate em pó , solúvel, 55% cacau, obtido a partir do cacau em pó e açúcar, ideal para bebidas, sem lactose, o produto deve ser isento de umidade, materiais estranhos, toxinas, parasitos, insetos e larvas, apresentando cor, odor e sabor característicos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade de produto; Em caixa contendo 24 caixas de 200 g; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	463547	CAIXA	296
2	Alho seco , apresentação: Nº4, seco, limpo, sadio, boa qualidade, em caixas tipo papelão de 10 Kg. Com data de validade mínima de 90 dias exposto na caixa. Entregas parceladas no NUMAE mediante cronograma.	461695	CAIXA	25
3	Arroz parboilizado , apresentação: Tipo 1; Longo fino; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validades visíveis nas embalagens; Embalagens seladas de 1 kg, em fardos de 30 Kg; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	458908	FARDO	142
4	Aveia em flocos finos , apresentação: Flocos finos, em embalagens de 200 g, seladas de fábrica, boa qualidade, caixa contendo 12 unidades, com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 10 meses após a entrega. Entregas parceladas no NUMAE, mediante cronograma do NUMAE	460501	CAIXA	222
5	Amido de milho , Produto amiláceo extraído do milho. Embalagem fechada a vácuo de 500 g; de boa qualidade; caixa contendo 40 unidades, com validade e número de registro no Ministério da Saúde /Agricultura impressos nas embalagens; validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	459077	CAIXA	33

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO COMPRASNET	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
6	Batata inglesa , Produto fresco, com odor agradável; Coloração característica; Consistência firme; Sem machucados e perfurações; Graúdas; Sem brotos expostos, em sacos de 50 Kg, de boa qualidade; Limpas. Entregas parceladas no NUMAE, mediante cronograma.	463754	SACO	149
7	Iogurte , Produto obtido através de leite reconstituído semidesnatado e/ou leite pasteurizado integral, padronizado em seu conteúdo de gorduras, contendo polpa de frutas no sabor morango ou frutas vermelhas. O iogurte deverá ser isento de contaminação, sujidades e corpos estranhos, não serão permitidas embalagens danificadas. O produto deve ser rotulado de acordo com a lei vigente; com rótulo de identificação e com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; embalagem plástico resistente e atóxico contendo 900 gramas do produto, em caixas contendo 12 unidades. <u>O produto deve ser mantido e transportado refrigerado.</u> Entregas parceladas no NUMAE, mediante cronograma.	446708	CAIXA	7.104
8	Biscoito salgado , apresentação: Tipo Cream Cracker, novo, consistência crocante; 0% gorduras trans, pacotes com 350 g, embalagem dupla e em caixas de papelão contendo 20 pacotes; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	235092	CAIXA	317
9	Carne bovina moída , apresentação: Produto congelado; Pacotes embalados a vácuo de 500 g, com baixa taxa de gordura; Cor, cheiro e sabor próprios, isenta de manchas esverdeadas e arroxeadas, cartilagem e aponevrose. Caixa tipo papelão contendo 20 pacotes. Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura / SIF ou SIE e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após a entrega. Entregas parceladas nas escolas mediante cronograma do NUMAE (A entrega da área urbana ficará sob responsabilidade do fornecedor e a entrega da área rural sob responsabilidade no NUMAE). O produto deve ser transportado refrigerado.	451059	CAIXA	693
10	Flocão de milho , apresentação: Farinha de milho flocada, sem sal, fonte de fibra; Pacotes de 500 g, fardos com 20 pacotes; Boa qualidade; Embalagem selada; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	459017	FARDO	266

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO COMPRASNET	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
11	Filé de peito de frango , apresentação: Cortes congelados de frango (filé de peito), sem osso, sem pele, não amolecido, cor própria e sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem primária em bandejas de isopor de 1 Kg, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo; Embalagem secundária acondicionadas em caixas de papelão lacradas de 12 Kg. Deverá constar na embalagem dados de identificação, procedência, informações nutricionais, data de validade, quantidade do produto, número de registro no SIF. Validade mínima de 06 meses, a contar da data de entrega. Entregas parceladas nas escolas mediante cronograma do NUMAE (a entrega da área urbana ficará sob responsabilidade do fornecedor e a entrega da área rural sob responsabilidade do NUMAE).O produto deve ser transportado refrigerado.	447581	CAIXA	621
12	Fígado bovino , produto congelado; Sem excessos de gorduras, sem cartilagens e aponevroses, firme, não pegajoso, isento de manchas esverdeadas ou arroxeadas, limpo, novo; Embalagens de 2 Kg, registro no Ministério da Saúde/Agricultura, nº do SIF e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses a contar da data da entrega. Entregas parceladas mediante cronograma do NUMAE.O produto deve ser transportado refrigerado.	447484	PACOTE	799
13	Leite em pó integral , apresentação: Integral; Fonte de cálcio, não modificado (não composto lácteo); Ingrediente: leite integral, em pacotes de 200 g; Fardo com 50 pacotes, boa qualidade; Com número de registro no Ministério da Saúde/ Agricultura / SIF ou SIE e validade impressas nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	459637	FARDO	450
14	Macarrão , apresentação: Espaguete, embalagens de 500g, em fardos 20 x 500g, 10 kg; Embalagem selada; Com validade e número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura impressos nos pacotes; Validade mínima de 6 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	458951	FARDO	160
15	Macaxeira a vácuo , descascada, limpa e embalada a vácuo, congelada, in natura, não estar danificada por qualquer lesão física ou mecânica. Embaladas em sacos plásticos lacrados a vácuo e rotulados de acordo com a legislação brasileira dos produtos congelados. Embalagem de 1 Kg; validade mínima de 30 dias a partir da data de fabricação. O produto deve ser mantido e transportado refrigerado. Entregas parceladas nas escolas mediante cronograma (a entrega da área urbana ficará sob responsabilidade do fornecedor e a entrega da área rural sob responsabilidade do NUMAE).	151999	KG	1100

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO COMPRASNET	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
16	Óleo de soja , apresentação: Refinado; De soja, tipo 1; Embalagens plásticas com 900 ml, hermeticamente fechadas; Com validade e número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura impressos nas embalagens; Caixa tipo papelão, contendo 20 unidades, validade mínima de 06 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	463692	CAIXA	57
17	Ovo de galinha , apresentação: Tipo grande; Novos; Casca íntegra, sem rachaduras, sem sujidades, sadios; Em placas internas de papelão que proteja o produto contra quebras; Com embalagem externa em caixa de papelão, contendo 30 dúzias; Com validade e número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura impressos nas embalagens; Validade mínima de 25 dias após a entrega. Entregas parceladas no NUMAE mediante cronograma.	446618	CAIXA	250
18	Pão francês tipo bisnaguinha , cada pão deverá ter cerca 20g - pacote industrial de 300g *embalagem deve conter data de fabricação e validade. ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, fermento biológico, água, sal, gordura. * pães queimados, murchos, crus,. Ressecados, esfarelados não serão aceitos. Todo o processo de confecção, armazenamento e transporte deverão obedecer os padrões higiênico-sanitários da Vigilância Sanitária.	471958	KG	1.400
19	Polpa de tomate , apresentação: Polpa de tomate simples concentrada; Ingredientes: Tomate e açúcar; Boa qualidade; Embalagens individuais (caixinha) com 260 g fechadas a vácuo; Com validade e número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura impressos nas embalagens; Caixa tipo papelão, contendo 24 unidades, validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	459672	CAIXA	400
20	Polpa de fruta pasteurizada , apresentação: Produto pasteurizado e congelado; Sem adição de açúcar, corantes artificiais e aditivos químicos, embalagens de 1kg, resistentes, seladas; Com rótulo de identificação e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 6 meses; Com número de registro no Ministério da Saúde / Agricultura impressos nos pacotes. Sabor: Acerola. Entregas parceladas nas escolas mediante cronograma. (A entrega da zona urbana ficará sob responsabilidade do fornecedor, e a entrega da zona rural sob responsabilidade do NUMAE).	464484	KG	1.776

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO COMPRASNET	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
21	Sardinha em conserva , apresentação: Rica em ômega 3 e fonte de cálcio; Unidade de 125 g em caixas tipo papelão com 50 unidades, peso drenado 84 g, hermeticamente fechadas, sem ferrugem; Embalagem abre fácil, com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 01 ano após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	449006	CAIXA	106
22	Vinagre , apresentação: De álcool, garrafas com 500 ml, resistentes; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Fardos com 12 unidades, validade mínima de 01 ano após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	9032	FARDO	88
23	Xerém de milho , apresentação: Grão de milho vermelho com moagem média; De boa qualidade, pacotes selados de 500g, fardos com 20 pacotes; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	459072	FARDO	93
24	Condimento misto , apresentação: Composto por fubá de milho, cominho, pimenta do reino; Isento de glúten e sal, embalagens de 100 g, seladas de fábrica; Fardos de 10 Kg; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	463919	FARDO	16
25	Colorífico , apresentação: Produto constituído de mistura de fubá de milho com urucum em pó, fino, de coloração avermelhada; Não deverá apresentar sujidades, matérias estranhas, bolor ou parasitos. Isento de glúten e sal. Embalagens de 100 g, seladas de fábrica; Fardos de 10 Kg; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos nas embalagens; Validade mínima de 08 meses após entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	463937	FARDO	16
26	Sal iodado , apresentação: Iodado; Moído; De boa qualidade; Sem apresentar sujidades; Em embalagens de 1 Kg, seladas de fábrica, em fardos de 30 Kg; Com número de registro no Ministério da Saúde/Agricultura e validade impressos em embalagens. Validade mínima de 08 meses após a entrega no NUMAE. Entregas parceladas mediante cronograma.	448219	FARDO	10



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ref: Processo Administrativo nº. 001347/000128/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90027/2026.

Objeto: Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à preparação da merenda escolar nas unidades de ensino vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações técnicas detalhadas no termo de referência.

Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90027/2026**, sob as penas da Lei:

Apresentar a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o Pregão Eletrônico Nº. 90027/2026, conforme especificação constante do Termo de Referência deste Edital, assumindo toda a responsabilidade pelas informações aqui prestadas;

Por esta proposta, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei 14.133/2021, e às cláusulas e condições constantes do Instrumento Convocatório;

Tem a presente PROPOSTA por finalidade de submeter à apreciação de Vossas Senhorias, para a perfeito cumprimento das exigências desta licitação, a saber:

Item	Descrição	Unidade	Qty	Valor unit./ Valor total:
1	XXXXXXXX	XXXXXX	xxx	

Declaramos que,

Nos preços indicados em nossa proposta estão computadas todas as despesas com o serviço, a exemplo de tributos, encargos sociais e trabalhistas, e demais custos que os compõem;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O prazo de validade de nossa proposta e de **90 (noventa) dias** corridos, a contar da abertura da licitação;

Os pagamentos serão efetuados de forma parcelada, tendo como prazo 12 (doze) meses, para execução do objeto licitado após a assinatura do contrato;

Estamos cientes sobre o pagamento, devido ao contratado será efetuado através de **transferência bancária, na conta**, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do atesto de conformidade da nota fiscal, junto ao processo de pagamento em cumprimento da obrigação do objeto da licitação pela Secretaria requisitante, sendo necessária a apresentação das Certidões exigidas no compromisso;

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Declaramos, por fim que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade todas as despesas, tais como: transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com as especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Paulo Afonso/BA, ____ de ____ de 202.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante

(Confecionar documento em papel timbrado da licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Ref: Processo Administrativo nº. 001347/000128/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90027/2026.

Objeto: Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à preparação da merenda escolar nas unidades de ensino vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações técnicas detalhadas no termo de referência.

Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90027/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1- Com base no parágrafo 1º do art. 63 da Lei 14.133/2021, que nossas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

2- A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

3- A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

4- Que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;

5- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

6- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

7- Que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

Paulo Afonso/BA, ____ de ____ de 2026.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante

(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PAULO
AFONSO/BA, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
E A EMPRESA,
COM BASE NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº
90027/2026, E NO PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 001347/000128/2026.**

O MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.217.327/0001-24, com sede a Avenida Apolônio Sales, 925, Centro, Paulo Afonso/BA, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **MARIO CESAR BARRETO AZEVEDO**, brasileiro, portador do RG nº 1161826955 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 024.782.075-08, com interveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, neste ato representada pelo Secretária Municipal de Educação, o Sr. o Sr. **ERCIO CHAVES DE SOUZA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº **810.580.205-87**, neste ato denominado INTERVENIENTE, e a empresa, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função do contratado), conforme atos constitutivos da empresa, nacionalidade, estado civil, profissão inscrito (a) no CPF/MF sob o nº, portador da cédula de Identidade RG sob o nº, expedida pela/....., tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 001347/000128/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90027/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR DESTINADA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.**

Avenida Apolônio Sales, Nº 925 – Centro, Paulo Afonso-BA, CEP: 48608-901

Setor de licitações – Email: licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.1.1 O(s) item(ns) do objeto da contratação será(ão) discriminado(s) no **Anexo I**, do presente instrumento.

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

I - O Termo de Referência;

II - O Edital da Licitação;

III - A Proposta do Contratado;

IV - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de **(xxx)**, contados a partir da data da assinatura do presente contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que seja formalmente demonstrado o interesse público, observada a existência de previsão orçamentária, a vantajosidade da prorrogação e a manutenção das condições contratuais originárias, na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3 A eficácia legal do contrato e seus aditamentos está adstrita à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município - DOM.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência/Projeto Básico, anexo a este Contrato.

3.2 A execução do objeto contratado será acompanhada pelos servidores **THAMIRYS FREITAS BRASIL**, Coordenadora de Alimentação Escolar, matrícula Nº 50.4786-28, indicada pela Secretaria de Demandante, denominada FISCAL DE CONTRATO, e **PAULO SÉRGIO LIMA**, Assessor Técnico, matrícula Nº 50478626, indicada pela Secretaria de Demandante, denominado GESTOR DO CONTRATO por meio de Portaria a ser publicada, a quem caberá o acompanhamento, a fiscalização, gerenciamento do contrato e a certificação da nota fiscal/fatura correspondente ao objeto executado.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4.1 Será admitida a subcontratação do objeto contratual no importe de 20%.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de **R\$..... (.....)**.

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 03.03.2026.

7.2 Após o interregno de um ano, havendo pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

Avenida Apolônio Sales, Nº 925 – Centro, Paulo Afonso-BA, CEP: 48608-901

Setor de licitações – Email: licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do Contratante:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8 Cientificar o órgão responsável para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.1.10 Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Fornecer os produtos conforme especificações da proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

9.1.2 Aceitar os acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) propostos pela Administração da Prefeitura Municipal de Paulo Afonso - BA, conforme previsto no art. 125, da Lei 14.133/21;

9.1.3 Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Paulo Afonso e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

9.1.4 Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

9.1.5 Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações dos serviços, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da contratante.

9.1.6 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

9.1.7 Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

9.1.8 Submeter-se-á a todas as normas e condições do Termo de Referência e seus anexos, que integram este contrato, independente da transcrição.

9.1.9 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

9.1.10 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor.

9.1.11 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

9.1.12 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.1.13 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados nos termos do artigo art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021;

9.1.14 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.15 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.16 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.17 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato;

II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - der causa à inexecução total do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

V - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, sempre que não que justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

a) moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias;

b) moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

1. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante conforme art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa conforme disposto no art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação conforme previsão do art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para o Contratante;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159.

11.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia conforme disposto no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, e também no Portal de Compras.

11.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1.1 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.1.2 Quando a não conclusão do contrato referida no subitem anterior decorrer de culpa do contratado:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

I - ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

II - poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.¹

12.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da referida Lei.

12.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III - Indenizações e multas.

12.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório conforme art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, para o exercício de 2026, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Educação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Unidade Orçamentária: 1001 - Fundo Municipal de Educação;

Dotação: 2018 – Manutenção dos recursos do PNAE;

Elemento de Despesa: 33903000 – Material de Consumo;

Fonte:

1500.0000 - Recursos Próprios não vinculados de impostos;

1550.0000 – *Quotas* do salário educação;

1552.0000 – Transf. Recursos FNDE (PNAE).

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet e no Diário Oficial do Município - DOM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Paulo Afonso/BA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Paulo Afonso/BA, de de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MÁRIO CESAR BARRETO AZEVEDO

Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ERCIO CHAVES DE SOUZA

Secretaria Municipal de Educação
Fundo Municipal de Educação - FME
INTERVENIENTE

XXXXXXXXXX

Responsável legal
CNPJ nº XXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	XXXXXXXXXX	xxx	xxx	R\$ xxxx	R\$ xxxx
2	XXXXXXXXXX	xxx	xxx	R\$ xxxx	R\$ xxxx
3	XXXXXXXXXX	xxx	xxx	R\$ xxxx	R\$ xxxx
VALOR TOTAL					R\$ xxxxx



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O MUNICÍPIO DE xxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. xxxxxxxxxxxx, com sede a xxxxxxxx, xxx, xxxxx, xxxxxxxxxxx/xx, doravante denominado CONTRATANTE, e neste ato representado por seu Prefeito Municipal, xxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, RG nº xxxxxxxxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxxxxxx, **por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE xxxxxxxxxxxxxxxx**, neste ato representado pelo Secretário de xxxxxxxxxxxxxxxx o Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, e SECRETARIA MUNICIPAL DE xxxxxxxx, neste ato representada pela Secretária Municipal xxxxxxxxxxxx, a Sr(a). xxxxxxxxxxxx, brasileira, inscrita no CPF sob nº xxxxxxxxxxxx, neste ato denominada PARTICIPANTE; e a empresa **xxxxxxxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxx, por seu representante legal xxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxx, xxxxxxx, portador da Cédula de Identidade RG nº xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF xxxxxx, neste ato, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90027/2026, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto a Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à preparação da merenda escolar nas unidades de ensino vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações técnicas detalhadas no termo de referência.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no	Modelo (se exigido no	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

		edital)	edital)						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos na legislação pertinente.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
	Especificação	Marca (<i>se exigida no edital</i>)	Modelo (<i>se exigido no edital</i>)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
	Especificação	Marca (<i>se exigida no edital</i>)	Modelo (<i>se exigido no edital</i>)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS
EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO.**

Ref: Processo Administrativo nº. 001347/000128/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90027/2026.

Objeto: Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à preparação da merenda escolar nas unidades de ensino vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações técnicas detalhadas no termo de referência.

Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90027/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, em especial no Inciso I, do art.63 da Lei Federal nº. 14.133/2021:

- que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

Paulo Afonso/BA, ____ de ____ de 2026.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante

(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR nº.
123/2006.

(Exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Equiparados)

Ref: Processo Administrativo nº. 001347/000128/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90027/2026.

Objeto: Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à preparação da merenda escolar nas unidades de ensino vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações técnicas detalhadas no termo de referência.

Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90027/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, em especial para os efeitos do tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, e, para fins de participação no certame e licitatório acima identificado, **declaramos que:**

Estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão publicada licitação, na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49;

Que observarmos e atendemos plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21; Paulo Afonso/BA, ____ de ____ de 2026.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante

(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VIII

MODELO DE CARTA CREDENCIAL / PROCURAÇÃO.

Ref: Processo Administrativo nº. 001347/000128/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90027/2026.

Objeto: Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à preparação da merenda escolar nas unidades de ensino vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações técnicas detalhadas no termo de referência.

— Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do em epígrafe, nomeia e constitui, seu(s) Procurador (es) o Senhor(a) _____, (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº _____, expedido pela _____, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº _____, residente e domiciliado no endereço situado à _____, nº _____ como meu mandatário, a quem confiro amplos poderes para junto a Prefeitura do Município de Paulo Afonso/BA, praticar todos os atos necessários, relativos ao procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico Nº. **XXXX**, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, assinar ATAs, contratos e ou aditivos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente dando tudo como bom, firme e valioso. Paulo Afonso/BA, ____ de ____ de 2026.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante

(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO IX

**MODELO DE DECLARAÇÃO PARA RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA
DEFICIENTE E REABILITADO.**

Ref: Processo Administrativo nº. 001347/000128/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90027/2026.

Objeto: Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à preparação da merenda escolar nas unidades de ensino vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações técnicas detalhadas no termo de referência.

Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90027/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, para fins de participação no certame e licitatório acima identificado, **declaramos que:**

Que cumpre as exigências do Inciso IV, do art. 63, da Lei 14.133/2021, que trata da reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Paulo Afonso/BA, ____ de ____ de 2026.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante

(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO - LEI FEDERAL Nº 12.846/2013 E
DECRETO Nº 11.129/2022.

Ref: Processo Administrativo nº. 001347/000128/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90027/2026.

Objeto: Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à preparação da merenda escolar nas unidades de ensino vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações técnicas detalhadas no termo de referência.

Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90027/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, para fins de participação no certame e licitatório acima identificado, **declaramos que:**

a) estamos cientes, conhecemos e entendemos os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto da presente licitação e futuro contrato, comprometendo-se a abster-se de praticar atividades que constituam uma violação das disposições destas regras anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários, empregados e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome;

b) comprometemos a não praticar atos lesivos, para os fins da legislação pertinente, que atentem contra o seu patrimônio, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos assumidos, assim definidos;

c) comprometemos a não frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

d) comprometemos a não impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

e) compromissamos a afastar ou procurar afastar aquele licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

f) compromissamos a não fraudar licitação pública, ATA ou contrato dela decorrente;

g) compromissamos a não criar de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar ATA ou contrato administrativo;

h) compromissamos não obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a Prefeitura Municipal de Paulo Afonso/BA sem expressa autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

i) compromissamos a não manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro, o reequilíbrio econômico-financeiro ou aditivos dos contratos celebrados com a Prefeitura Municipal de Paulo Afonso/BA;

j) A empresa licitante declara ainda, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, e, concorda que a Prefeitura Municipal de Paulo Afonso/BA terá o direito de realizar procedimento de fiscalização e ou auditoria para se certificar da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

Paulo Afonso/BA, __ de ____ de 2026.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante

(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR NO QUADRO DA EMPRESA –
CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII, DO ART. 7º, DA CF

Ref: Processo Administrativo nº. 001347/000128/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90027/2026.

Objeto: Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à preparação da merenda escolar nas unidades de ensino vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações técnicas detalhadas no termo de referência.

Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90027/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, e de participação no processo licitatório acima identificado, **declaramos que:**

Que não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, em consonância ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Paulo Afonso/BA, ____ de ____ de 2026.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante

(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO XII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA A
HABILITAÇÃO;**

Ref: Processo Administrativo nº. 001347/000128/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90027/2026.

Objeto: Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à preparação da merenda escolar nas unidades de ensino vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações técnicas detalhadas no termo de referência.

Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90027/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, para fins de participação no processo licitatório acima identificado, **declaramos que:**

Que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Paulo Afonso/BA, ____ de ____ de 2026.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante

(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO XIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO INIDONEIDADE.

Ref: Processo Administrativo nº. 001347/000128/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90027/2026.

Objeto: Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à preparação da merenda escolar nas unidades de ensino vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações técnicas detalhadas no termo de referência.

— Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90027/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, para fins de participação no processo licitatório acima identificado, **declaramos que:**

Que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.

Paulo Afonso/BA, ____ de ____ de 2026.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante

(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO XIV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DOS INCISOS II E IV DO ART. 1º E NO INCISO III DO ART. 5º DA CF/88.

Ref: Processo Administrativo nº. 001347/000128/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90027/2026.

Objeto: Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à preparação da merenda escolar nas unidades de ensino vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações técnicas detalhadas no termo de referência.

Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. 90027/2026, **declaro**, sob as penas da lei, para fins de participação no processo licitatório acima identificado, **declaramos que:**

Não possuímos, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.

Paulo Afonso/BA, __ de _____ de 2026.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante

(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO XV

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Ref: Processo Administrativo nº. 001347/000128/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90027/2026.

Objeto: Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à preparação da merenda escolar nas unidades de ensino vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações técnicas detalhadas no termo de referência.

Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. 90027/2026, **informamos** de responsabilidade exclusiva, sob as penas da lei, para fins de participação no processo licitatório acima identificado, que, caso venhamos a vencer este certame todos os dados necessários para celebração do contrato, senão vejamos:

EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

EMAILS:

TELEFONES:

REPRESENTANTE:

CPF:

RG:

ENDERECO:

EMAILS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TELEFONES:

DADOS BANCARIOS:

BANCO:

AGENCIA

CONTA:

PRESTAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: () Caução () Seguro-garantia () Fiança
bancária;

Paulo Afonso/BA, ____ de ____ de 2026.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante

(confeccionar documento em papel timbrado da licitante)